

PORTUGAL COLONIAL



Ano 1.º

N.º 6

*

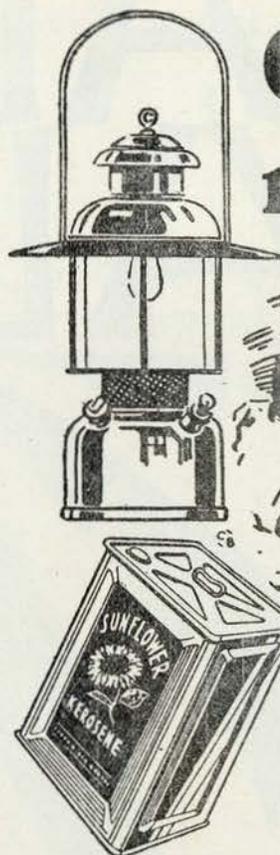
Agosto

1931

BOTELHO

XXXI

REVISTA MENSAL DE PROPAGANDA E
EXPANSÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS



O processo de iluminação para Africa

Se não podeis beneficiar em vossa casa dos processos de iluminação correntes nas cidades da Europa, esquecei tal inconveniente empregando a luz clara e suave de SUNFLOWER.

As vossas lanternas para serviço exterior funcionarão melhor com Petróleo SUNFLOWER, devido à limpidez da sua chama.

VACUUM OIL CO.

950

UM BÉBÉ

Farinha lactea Nestlé ALIMENTO IDEAL DAS CRIANÇAS

Leite condensado

Açucarado Moça

Leite esterilizado

Suisso, Purissimo

Leite em Pó "Lactogen"

Chocolates Suissos

Queijo Gruyère



REPRESENTANTES

EM ANGOLA

ZUID AFRIK, HANDELSHUIS

LOANDA

VASCO D'OLIVEIRA

LOANDA

FILIAL EM PORTUGAL

*Nestlé & Anglo Swiss
Condensed Milk Co*

Rua Ivens, 11-13 — Lisboa

NESTLÉ

Companhia Central Vinicola de Portugal

Grande exportadora

LISBOA

Praça do Município, 32, 2.º
Armazens: Poço do Bispo

Vinhos licorosos e aguardentes simples e preparadas, tipos cognacs. Vinhos espumantes. Grandes vinhos de mesa brancos e tintos dos principais lavradores do país. Alcool vínico. Aguardentes bagaceiras e de vinhos. Licores

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: CIRICA LISBOA

TELEFONES

POÇO DO BISPO 32
EM LISBOA 2 4573



Emulsão aquosa de Asfalto puro

PARA TODOS OS TRABALHOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO

Revestimento de superfícies metálicas
Construções de Pavimentos Elásticos
Protecção de ferro ondulado
Pinturas protectoras navaes
e de canalizações, etc.

Systema DeVilbiss
de Pintura por Aspersão

INSTALAÇÕES DE PINTURA Á PISTOLA PARA

Automovels
Construções
Navios
Peles de couro
Para qualquer fim

Pedir folhetos descriptivos aos

Distribuidores:
BETHENCOURT BROS., LTD
Telefone 2 2322
Praça do Município, 13
LISSBOA

AGENCIA DO NORTE: SORIA, L.^{CA}
Telefone 2508
Rua Ferreira Borges, 9
PORTO

Papelaria Fernandes

RUA DO RATO, 25 A 35

NOVAS INSTALAÇÕES:

RUA DO OURO, 145 A 149

TELE (FONES (P. B. X.) N. 691 E 4899
GRAMAS—PAPELARIA

LISBOA

PAPELARIA, LIVRARIA, TIPO-
GRAFIA E ENCADERNAÇÃO

Sortido muito completo de papeis de tôdas as qualidades, tanto nacionais como estrangeiros; artigos de escritório; tintas e outros artigos para desenho, pintura e arte aplicada. Canetas de tinta permanente *Conklins*. Depositários, para o *Sul do País*, do conhecido papel heliográfico de revelação a sêco, marca «OZALID»

PREÇOS DE RECLAME

Luiz Ribeiro

ESTANCIA DE MADEIRAS NACIONAIS
E ESTRANGEIRAS
SERRAÇÃO E CARPINTARIA MECANICA

TELEFONE 132—POÇO DO BISPO

ENDEREÇO TELEGRAFICO—PRONTIDÃO

Escritorio

Rua da Manutenção do Estado, 22—XABREGAS

Fabrica

Rua da Manutenção do Estado, 26 a 28

Depositos

Avenida de Chelas, L. R.

Travessa da Manutenção, 10

Companhia Nacional de Navegação

Carreiras regulares entre Lisboa e todos os portos
da Africa Ocidental e Oriental Portuguesa

**Carreiras regulares
entre todos os portos da provincia**

SERVIÇO SEMANAL ENTRE LOURENÇO MARQUES
E INHAMBANE ** SERVIÇO QUINZENAL ENTRE
LOURENÇO MARQUES E MOCIMBOA DA PRAIA,
COM ESCALAS POR INHAMBANE, BEIRA, CHINDE,
PEBANE, QUELIMANE, ANGOCHE, MOÇAMBIQUE,
PORTO AMELIA, IBO E PALMA

AGENCIA EM INHAMBANE — NOGUEIRA, LIMITADA

Telegramas "JOCARFINO" — Caixa Postal n.º 32

Nogueira, Limitada **INHAMBANE**

TELEG. «JOCARFINO» — CAIXA POSTAL N.º 32

Agentes da:

Companhia Nacional de Navegação

Union Castle

Companhia de Seguros "A Mundial"

E DOS CARROS "HILLMAN" E "HUMBER"

Transportes fluviaes — Cargas e descargas — Padaria

Companhia do Sul de Angola

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

Autorizado—Esc. 10.000.000\$00

Subscrito — Esc. 6.000.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telet. 2 4174 — End. Tel. SULANGOLA

SEDE EM ÁFRICA

MOSSAMEDES—África Ocidental

EXPLORAÇÕES

PESCA—Baía das Moscas, Mos-

sâmedes—Praia Amélia, Pôrto

Alexandre

Fabrico de Conservas, Farinhas e Óleos de Peixe, Pasta Azotada—Fábrica AFRICANA

— Mossâmedes

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE GADO

Mossâmedes, Giraul, S. Nicolau,

S. João do Sul, Caroca e Pinda

Companhia de Mossâmedes

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

Autorizado—Esc. 20.000.000\$00

Subscrito — Esc. 13.995.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telefone: 2 4174

SEDE DO COMITÊ FINANCEIRO

na Banque des Interets Français

23, Rue Louis le Grand — PARIS

SEDE EM ÁFRICA

SÁ DA BANDEIRA—(Lubango)

Criação e Comércio de ga-

dos—Explorações agrícolas

— Instalações no *Lubango,*

Tchipa, Ediva, Palanca, Culue-

que e Tchifito

Leitão, Palhinhas & C.^a, L.^{da}

Materiais de construção e cantarias

PREÇOS RESUMIDOS

Tubos de grés e de barro

cimento e cal para embarque

telha e tejo de todas as qualidades

cal e manilhas.

Cantarias e lagedos para construções

urbanas

pontes e muralhas

areia e barro refratario

jazigos, mós, etc.

ESCRITORIO E ARMAZEM

Doca do Jardim do Tabaco, (letras L. P.)

(Junto á estação dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste)

LISBOA

TELEFONE 2 0316

Guedes Silva & Guedes, L.^{da}

32. Rua Eugenio dos Santos, 34, 36—1.º

LISBOA

FERRAGENS E FERRAMENTAS

Especialidade em ferragens de metal

para a construção civil, em todos

os generos e estilos

Ferragens para moveis, estilo,

futurista, Portuguez, Holandez

e Inglez

Encarregamo-nos da execução

de qualquer trabalho em fundição

de bronze, latão e cobre

Telefone: 2 3746

Torrens, Limitada

MADEIRAS

Importação directa

33, Rua Vasco da Gama, 37

LISBOA

FILIAL

Rua 13 de Maio, 97 a 101

PARÁ-BRAZIL

TELE { GRAMAS: FLORESTAL
FONE: 2 6945

**"REFRIGERA OS SÃOS E CURA
OS DOENTES"**

Tomada simples ou com

LEITE, LIMÃO,
XAROPE, VINHO,
COGNAC,
WHISKY,
Etc.

EXPORTADORES:
AGUA CASTELLO
A MELHOR MOURA DE MEZA
ASSIS & C.^a, L.^{da}
LISBOA

Recompensas:

Grandes Premios
Medalha de Honra
Medalhas de Ouro
Medalhas de Prata
Diploma de Premio

Por Embalagens

Venancio Guimarães & C.^a

Lubango

Filiais em Mossâmedes, Humpata e Humbe

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: VOUGA

COMÉRCIO GERAL, AGRICULTURA, PECUÁRIA E INDÚSTRIA

*Sócios-gerentes da EMPRESA CAHOLO, L.^{DA}
(Fornos de cal e moagem de cereais)*

*Agricultores no BENTIABA
(Fazenda Algodoeira da PUPA)*

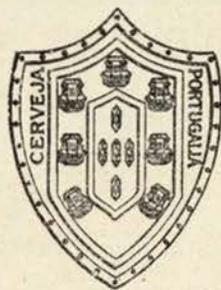
Exportadores de gado bovino e peixe sêco

REPRESENTANTES NOS DISTRITOS DA HUILA E DE MOSSÂMEDES DE:

Vacuum Oil Company
Fábrica de Tabacos Ultramarina
Automóveis e camions «FORD»
Máquinas de escrever «REMINGTON»

REPRESENTANTES NO DISTRITO DA HUILA DE:

Burrell & C.^o
Companhia de Seguros «TAGUS»
Lotarias de Angola



COMPANHIA PRODUTORA DE MALTE E CERVEJA

PORTUGALIA

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

CAPITAL ESC. 6.000.000\$00

ANTIGA FÁBRICA «GERMANIA»

115, AVENIDA ALMIRANTE REIS

LISBOA

Endereço telegráfico: PORTUGALIA-LISBOA

TELEFONES P. B. X. { DIRECÇÃO N. 298
EXPEDIENTE N. 1699

CÓDIGO TELEGRÁFICO: RIBEIRO

GRAND-PRIX — EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO, DE 1923 E SEVILHA, DE 1930

Preferam as nossas acreditadas marcas de cerveja

«PORTUGALIA» e «PRETA»

(Tipo Munich)

DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
 REDACTOR-PRINCIPAL
 J. DA FONSECA FERREIRA
 EDITOR
 ANTÓNIO PEDRO MURALHA

SEDE
 RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
 Endereço Telegráfico
 «MINERVA»
 TEL. 2 4253
 Propriedade da Empresa
PORTUGAL COLONIAL

PREÇO AVULSO
 Metrópole..... 3\$00
 Colónias..... 4\$00
 (ASSINATURAS)
 Metrópole (6 meses)... 18\$00
 Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO
 OTTOSGRAFICA LIMITADA
 Conde Barão, 50 — LISBOA
 Visado pela Comissão de Censura



Uma carta mensal

de Portugal para as Colónias

Pelo dr.
**Agostinho
 de Campos**

A rápida e formidável expansão industrial e comercial da Alemanha levou à guerra de 1914, e começou a plantar nos espíritos estas dúvidas: *¿Será possível que o mundo inteiro possa transformar-se, sem perigo de suicídio, numa vasta rede de cidades fabris, governada por legiões de engenheiros, de guarda-livros e de caixeiros-viajantes? ¿Será humano reduzir o género humano à condição universal de um operariado mecânico?*

Ainda hoje, diante da crise tremenda que aflige o Planeta, não parece desvanecido o sentimento de que a marca do progresso, o título do prestígio, a segurança da independência, a justa aspiração da felicidade, sejam, para cada nação,

possuir uma indústria que produza para os gastos internos e vender às outras o seu excesso de produção. Mas já começa a entrar nas cabeças a urgência deste problema, que o é tanto de economia, como de lógica: Se todos se meterem a fabricantes, ¿quem ficará para comprar?...

Houve tempo em que a Inglaterra e a Flandres eram, no mundo inteiro, as únicas ou quasi únicas regiões industriais. Depois industrializaram-se em alto grau a Alemanha, os Estados Unidos, o Japão. E viu-se logo que o mundo começou a ser pequeno para tanto engenho ou engenharia fabril. O caixeiro-viajante alemão, armado até aos dentes, achou natural e fácil vir a ser o único fornecedor do globo terráqueo. Inglaterra, Estados-Unidos e Japão encontraram-se logo unidos e concordes em dar-lhe nas ventas para trás.

Portanto, guerra. E o resultado da guerra, o mais palpável pelo menos, foi a vitória industrial da América do Norte. Parecia durável esse triunfo. Puro engano. A República americana sorveu o ouro do mundo para o transformar em máquinas. E forçou as vendas, esticando a corda do crédito

pelo sistema das prestações, de modo que até aos mais pobres pudesse ir irradiando o poder de comprar. Mas a corda, naturalmente, quebrou-se. Desesperados, os estadistas norte-americanos levantaram as pautas, para tapar as últimas gretas por onde se infiltravam ainda uns pobres restos de importação europeia. Crêdores da Europa, não viram senão tarde e más horas que assim tiravam a esta a possibilidade de mandar-lhes mais oiro. Possessos do delírio fabril, também não tinham previsto que a máquina aperfeiçoada produz mais depressa do que o homem consome. E hoje, com milhões de desempregados, aprendem à sua custa que o oiro e a miséria não são incompatíveis, depois de se haverem gábadado, ainda há três anos, de que os Estados-Unidos tinham abolido a pobreza e instaurado na terra o paraíso com setenta andares, um gramofone e um frigorífico em cada quarto, e um automóvel às ordens a cada porta.

Como é natural e justo, a crise da produção industrial exagerada afflige e vítima principalmente os povos mais industrializados. Inglaterra, Alemanha, Estados-Unidos dão-nos a impressão de afogados, barafustando num mar de fábricas semi-paradas, de escritórios às moscas, de bancos falidos e de catadúpas de bugigangas sem frêguês. E os países que estes colossos da indústria e do negócio julgavam desprezíveis e atrasados são exactamente aqueles que passam sem maior novidade nas suas pouco importantes saúdes.

Acontece, porém, que existe neste mundo uma coisa complicada, misteriosa, esfingica, e portanto interessantíssima, a que em literatura se chama a alma russa. Esta charada, afinal, não tem muito de quebra-cabeças. A alma russa é simplesmente uma alma desalmada — uma alma que se busca a si própria e não se encontra, porque anda e desanda numa encruzilhada de climas, de raças, de tendências, e de civilizações ou de barbáries. Ali se encontra, como era de esperar, a maior percentagem de loucos-lúcidos, que podemos examinar e admirar, como num museu, nós-outros os europeus definidos, filhos de um passado linearmente claro e de climas que não oscilam entre 40 centígrados acima de zero e outros tantos nas profundas do frio. Esta longa escala basta para explicar tôdas as temperaturas de lógica, desde a do infeliz que procura no álcool o indispensável aquecimento central, à do primitivo que se não distingue bem da charneca onde a vida o plantou, ou à do homem de génio capaz, na literatura ou na música, de fazer estalar com a sua febre criadora o termómetro das possibilidades humanas.

Está, portanto, perfeitamente à vontade den-

tro das contradições e surpresas da alma russa, a sua concepção governativa actual de transfigurar em paiz industrial agressivo uma nação de lavradores, cujo solo e sub-solo lhe oferece a rodos a riqueza necessária para comprar o que os outros fabricam, e isto na época em que os povos mecanizados não sabem onde irão parar com tanta mecânica.

Filósofos e sociólogos procuram explicar o inexplicável e conciliar o disparatado: a pretensão de organizar a felicidade dos homens, com o desprezo absoluto e epiléptico da vida humana; a crueldade mongólica posta ao serviço dos cordatos idealismos ocidentais; a mixorofada dos socialismos europeus com os niilismos asiáticos; a cura das relações confusas entre capitalismo e política pela confusão total do capitalismo e da política; a escravatura do operário nacional como experiência in anima vili para alforria do trabalhador estrangeiro; a revolução sistemática na moral, que, ou é evolução natural, ou não é nada; e a tabuleta encantadora de «ditadura do proletariado», posta à frente da mais ignóbil das organizações colectivas, que é a Ditadura do denunciante e do policia — a aliança trágica do poder com a desconfiança e o pavor... Nesta salada russa não é menos significativo o facto de pretenderem os ditadores de Moscovo, com o seu plano quimérico-burocrático dos Cinco Anos, rivalizar com o poder industrial norte-americano, produto do individualismo libérrimo.

Dir-se-ia que o que se está passando no mundo resulta de uma reacção da natureza contra os exageros do artificio. Os Estados-Unidos provaram isto pelo excesso, e a Rússia está-o confirmando pelo absurdo.

Como gotas de água na caldeira de água fervente, os homens de hoje ignoram para onde vão e a que lei superior obedece a incoerência aparente dos seus movimentos. Mas é bom recordar aos que, no seio de uma natureza quasi virgem, trabalham para a construção das cidades futuras, que a mais orgulhosa vida humana assenta em humildes bases zoológicas; que o oiro ou o aço, por muito que o engenho os afeiçoe, não são digeríveis; e que o nosso corpo continuará a pedir pão, ainda quando o trôno do Rei dos animais esteja reduzido a um monte de sucata, feito de máquinas demitidas e enferrujadas.

Congresso da Imprensa Colonial

Realiza-se em Paris de 9 a 12 de Setembro próximo o Congresso da Imprensa Colonial Francesa e Estrangeira no qual serão versados os seguintes assuntos: Papel da Imprensa na aproximação das Nações Coloniais, na propaganda e na vulgarização dos esforços por elas efectuadas, na salvaguarda e dedicação da obra colonial; estado actual da imprensa sob o ponto de vista colonial; informação colonial.

Declarações do Sr. Ministro das Colónias

Numa entrevista concedida a um jornal de

Lisboa, o Ministro da Colónias destrói

a intriga que se vinha urdindo contra a

política de ressurgimento colonial e afirma

os seus propósitos e a sua fé na reorga-

nização de Angola

O sr. dr. Armindo Monteiro concedeu a um jornal da manhã a entrevista que a seguir transcrevemos, pela importância que tem as declarações feitas.

No momento em que por Angola meia dúzia de agitadores de profissão — porque não são mais que meia dúzia e não se confundem com os verdadeiros colonos que trabalham, produzem e são dignos do mais alto apreço — tentam fazer crer na falta de interesse do Ministro pelas cousas de Angola, não hesitando ante os boatos sem fundamento e a exhibição de documentos falsos, a entrevista concedida pelo sr. dr. Armindo Monteiro merece de facto uma maior divulgação que a que lhe poderia dar um jornal de traca expansão nas Colónias.

Que entre as suas declarações de homem que não pertence a partidos nem a oligarquias financeiras que não tem, directa ou indirectamente quaisquer interesses ligados a empresas coloniais e que é, moralmente, o primeiro interessado no ressurgimento de Angola, visto que no combate que está dando empenha o seu nome, o seu prestígio mental e a sua fé de homem novo — que entre elle e os agitadores profissionais que Angola conhece e a quem Angola só deve prejuizos graves e intrigas desastrosas, os 40.000 colonos que já trabalham e produzem julguem em sua consciência e no seu interesse.

EXPOSTO o nosso objectivo jornalístico, a primeira resposta chegou, como o conhecimento da política colonial da Ditadura nos dizia que que havia de ser, clara e decisiva:

— Eu conheço ha meses essa intriga, urdida não sei em que sombras misteriosas, para ferir em pleno coração alguns dos mais nobres esforços da Ditadura Nacional, mas intriga que parece destinada de facto a atingir a própria integridade da Pátria. Falta de amor por Angola? hostilidade a Angola? Mas como se poderia dar maior prova de amor por uma colónia, de interesse pelo seu futuro e pela sua prosperidade, do que, uma vez ássente que o equilibrio do seu Orçamento era possível, ir, através das dificuldades, dos obstáculos, das adversidades, até se realizarem as condições necessárias para que elle seja possível? Que prova maior de dedicação pela Província se podia dar do que, estudados até à raiz os seus problemas fundamentais, tentar *efectivar, arredando as oposições interessadas, as conclusões de um estudo imparcialmente conduzido?* Que mais clara evidência de carinho e de interesse pelos destinos de Angola se podia patentear do que a que consiste em simplificar os serviços, reduzir quadros inúteis, num esforço lento, para que os recursos da colónia cheguem para as suas despesas ordinárias — porque isso é possível — e para que os auxílios da Metrópole se empreguem todos em obras produtivas...

— Isso não tem acontecido, todos o sabem, mas poderá v. ex.^a dar-me números que resumam esse desvio das receitas extraordinárias para empregos ou applicações ordinárias?

— Posso dar-lhe dois números que reputo elucidativos. Segundo mapas fornecidos pelas repartições competentes, entre 1920-21, e fim de 1928-29, gastaram-se em construção de estradas, reparações de estradas, edificios novos, obras diversas e obras públicas em geral, dirigidas pela Direcção de Serviços res-

rectivos, 38.753 contos. No mesmo período os empréstimos, financiamentos suprimientos, subvenções e subsídios recebidos pela Colónia de Angola somaram 737.941 contos e £ 630. 576.

— Mas para onde se sumiram todas as centenas de milhar de contos da diferença?

— Não sei: ninguém sabe. Creio que ninguém poderá saber. Várias vezes o tenho dito já em público: Angola não tem contas regularmente organizadas e não é, portanto, possível apurar com rigor o destino que aos dinheiros públicos foi dado, nos anos a que me referi.

— Quanto se gastou em estradas nesse período?

— A Direcção das obras públicas diz que em estradas construídas de novo, entre 1919-20 e 1929-30 dispendeu 600 contos, dos quais 318 foram gastos em 1928-29 e 1929-30; à reparação de estradas applicou 640 contos, tendo sido 474 depois de 1925. Ao todo são 1.246 contos. A glória da grande obra da construção de estradas de Angola, iniciada ha mais de 20 anos, pertence aos administradores de circunscrição e chefes de posto. Não onerou praticamente o Orçamento da Colónia.

— Mas esses 38.000 contos a que se referiu foram bem gastos ao menos?

— A portaria provincial n.º 187 de 1927 mandou fazer o apuramento das obras que estavam por concluir nessa data. Do quadro que me foi fornecido, vejo que 121 tinham sido iniciadas e não concluídas. E muitas das já então começadas e das começadas depois, continuaram por acabar... E' um quadro lastimável.

— No período a que v. ex.^a se tem referido as despesas de Angola subiram muito?

— Em 1921-22 foi feita uma previsão igual a £ 1.023.665, em 1928-29 a previsão tinha subido para £ 2.155.080. Em sete anos dobraram as despesas, se as calcularmos em libras; quadruplicaram, se as calcularmos em escudos.

— E o comércio seguiu uma ascensão igual?
— As exportações passaram de £ 1:622.783 em 1922 para £ 2:723.000 em 1929. A cifra que representa o aumento das despesas públicas é maior do que a que representa o aumento das exportações. E' um resultado económico, que está longe de poder ser apontado como exemplo. Aos que nos acusam de pouco amor por Angola, falta, como vê, tôda a autoridade: nós é que os poderíamos acusar, a eles, dêsse pecado — em face de todos estes números.

— Evidentemente — Mas porque se conseguiu afinal tão pouco, tendo-se gasto tanto dinheiro?

— Porque, de uma maneira geral, desde há muitos anos se segue uma política económica errada. Supôs-se que era possível chegar ao equilíbrio do orçamento e da economia de Angola, pelo aumento das despesas, apenas espalhando dinheiro, — semeando como ouço dizer aos ingénuos entusiastas do fomento à *outrance*; — imaginou-se que, através de um futuro desenvolvimento da produção, se podia, sem mais, chegar ao equilíbrio financeiro.

É uma política que ainda tem adeptos entre certos amadores de finanças, mas que é tão errada na Europa como em África. Está experimentada e os seus resultados são sempre os mesmos: o desequilíbrio financeiro, a instabilidade económica, O equilíbrio financeiro é a base da prosperidade e da regularidade económica.

Nas colónias africanas o *superavit* nos orçamentos ordinários, que compreendem os encargos da dívida, é a regra. Corram-se os orçamentos africanos, de Marrocos à África do Sul, e há-de vêr-se que o *deficit* é a excepção: as receitas ordinárias excedem quasi sempre, num largo período de anos, as despesas ordinárias. Em Angola isso não acontece porque se tem seguido uma política errada.

É preciso mudar de rumo, para que essa nossa rica e prometedora colónia, de características vinicamente portuguesas e tão estreitamente ligada à Mãe Pátria, entre no caminho da verdadeira prosperidade. Temos de conseguir o equilíbrio de facto do Orçamento, para, dentro dêle, encontrarmos as reservas precisas para a realização das operações que permitiam o lento e gradual desenvolvimento da Colónia.

Até que isto se faça não arrotearemos em Angola um palmo de terra com a certeza de que fique para sempre arroteado. Esta política nova é a que revela dedicação e interesse pela colónia.

— É uma política com que nem todos poderão simpatizar, porque há sempre motivos que, vivendo à sombra da desordem, desejarão que esta se mantenha; mas, sem dúvida, os seus resultados hão de dar-nos um grande prestígio internacional.

— Evidentemente. Depois do êxito formidável da Exposição Colonial de Paris, que deu um colossal relêvo a tôda a nossa obra colonizadora, temos de nos mostrar em tudo dignos da alta situação que conquistamos no mundo. Há longas dezenas de anos que sobre o nome de Portugal não caíam as saudações, as palavras de admiração, que sobre êle hoje chovem. Não no-las endereçam agora, por mais uma vez terem reconhecido em nós, por qualquer feitio de bravura, a raça heroica de sempre, mas por, através das manifestações do nosso génio, expostas em Vincennes, terem surpreendido no povo português as virtudes pacíficas dos grandes semeadores de civilização, e espírito de método, a tenacidade administrativa, a

iniciativa — qualidades que muitos nos negavam, pelo tumulto em que vivemos durante longos anos, mas que são realmente virtudes nossas.

— De facto conseguimos uma privilegiada situação no concêrto das nações e podemos encarar, sem receios de confrontos, quaisquer acontecimentos, não lhe parece?

— Tenho a certeza. Não receiamos confrontos nem temos a perder com discussões. Os orçamentos coloniais estão todos em equilíbrio nesta hora de tormenta geral. A nossa obra prossegue orgulhosamente em todo o mundo. Onde a desordem administrativa triunfou durante um tempo, a reacção não se fez demorar: logo acudimos a dar a batalha da ordem, que há-de vencer. Nesta hora de convulsão geral, o mundo português, pode aparecer como um exemplo de equilíbrio — mantido com os sacrifícios de todos, é certo — mas mantido para assegurar um futuro melhor. Podemos sair desta crise com uma sólida fama de bons administradores, de honrados pagadores. Será a melhor garantia da integridade do Império. Seremos invulneráveis.

O Império Português apresentar-se-á como um conjunto completo, harmónico e vivendo na certeza de que cada uma das partes que o compõem não deixará romper o equilíbrio das suas forças em prejuízo de todos. Esta é que é a verdadeira política imperial.

Tinha acabado a entrevista. Já o jornalista descia a escadaria do Ministério e ainda certas palavras ouvidas lhe bailavam no pensamento: «honrados pagadores». Lembrou-se então de uma passagem das célebres memórias do príncipe de Bulow sobre a divisão das Colónias portuguesas; e recordou que a razão ali principalmente invocada era esta: Portugal, mau pagador.

Esta simples associação de ideias revelou-lhe, num clarão, a profundidade da política adoptada: só ela poderia cortar aos inimigos do nosso Império o seu mais firme argumento.

¿Quem são os verdadeiros, os leais amigos de Angola? São os baixos polífticantes que querem a política da desordem, que nos fez considerar maus pagadores, ou os homens de alto critério que lutam pela ordem, pelo equilíbrio, pela economia, que nos fará considerar pagadores honrados? ¿São os que querem manter vivo o argumento de Bulow ou os que, mesmo através de pesados sacrifícios, o querem enterrar bem fundo?

Colégio Francês

Curso infantil, primário, secundário e comercial para o sexo masculino

O melhor Colégio no centro de Lisboa,
Instalações modelares
com tôdas as condições exigidas
pela pedagogia moderna,
corpo docente recrutado entre os melhores
elementos do ensino oficial e particular
RUA ALVARO COUTINHO, 14 — LISBOA
TELEPHONE N. 967
Pedit prospectos à DIRECÇÃO

A população é o agente transformador do território. De nada valeria a opulência dêste em bens de toda a espécie se os braços lhe faltassem para a sementeira da terra, a colheita e o transporte dos frutos.

Pois até nisso a Guiné é rica!—Assim o fôsse S. Tomé, que vive empobrecendo Angola; e a própria Angola, que é pobre de vidas para a exploração útil de toda a sua imensidade. Moçambique, mesmo, está longe de possuir a mão-de-obra que a Guiné tem para fecundá-la.

População heterogénea, é certo: de diferentes religiões, de diferente capacidade, de diferentes hábitos. Raças semi-cultas e raças semi-bárbaras, — as primeiras quasi próximas do homem civilizado e as segundas quasi próximas do homem primitivo. E, dentro de cada uma delas, as gradações conseqüentes do maior ou menor contacto com os meios e os agentes da civilização.

Convem dizer, porém, que a Guiné jamais teve a população de 770.791 almas que lhe foi atribuída por um pseudo-recenseamento de 1924. Até 1927, a população era simplesmente *computada* pelo número de palhotas arroladas (?), com o número 4 por multiplicador. A distinção por sexos era uma pura fantasia. E até havia *fantasia* no arrolamento das palhotas, pois que em certos lugares (*Bijagós*, por exemplo) a fixação do seu número e dos respectivos habitantes era feita... na administração; noutros lugares (área de Canchungo), figuravam como palhotas habitadas... os celeiros e os currais.

Correia Lança, em seu relatório de 1888-1889, também contribuiu em grande parte para o erro em que temos andado. Segundo êle,—e baseando-se em informações alheias,—a população da Guiné seria de 840.540 almas, pela ordem seguinte: *fulas* (200.000), *mandingas* (100.000), *balantas* (90.000), *beafadas* (80.000), *brames* (70.000), *papeis* (60.000), *bijagós* (50.540), *manjacos* (45.000), *felupes* (40.000), *baiotes* e *banhuns* (30.000), *nalús* (30.000), *cassangas* (15.000) e *grumetes* (10.000).

Ora o recenseamento nominal, feito em 1928,—depois duma tentativa infeliz no ano anterior,—deu-nos os seguintes números:

Balantas.....	82.736
Fulas (pretos, fôrros e Fula-fulas).....	65.189
Manjacos.....	53.914
Mandingas.....	40.644
Papeis.....	25.815
Brames (ou Mancanhas).....	16.698
Bijagós.....	14.490
Felupes.....	9.081
Beafadas.....	6.196
Cunantes.....	5.446
Baiotes.....	3.891
Nalús.....	1.764
Sóssos.....	597
Cassangas.....	563
Cobianas.....	288
Banhuns.....	121
Saracolés (Soninquêses).....	26
Total.....	327.157

Êste número, todavia, já se encontra melhorado pelo recenseamento nominal de 1929, que obteve os resultados seguintes:

A população indígena da Guiné Portuguesa

Excerpto dum Relatório

Pelo Tenente-Coronel

A. LEITE DE MAGALHÃES

Antigo Secretário Geral de Angola
Antigo Governador Geral da Guiné

	Varões	Fêmeas	Total
Intendência de Bolama ...	20.911	17.447	38.358
" " Bissau ...	65.582	64.968	138.550
" " Canchungo	34.453	40.462	79.915
" " Bafatá	43.986	91.585	135.571
Soma.....	169.932	214.462	384.394

E ainda é pouco!... Os recenseamentos nominais têm esbarrado na desconfiança da população, que receia o lançamento do imposto de *capitação*, abrangendo as mulheres e os filhos,—tal e qual como nas vizinhas colónias francesas. E, portanto, escondem-nos quanto pode... a *matéria tributável*. Mas, se não se destruir (como já consta que se pretende...) toda a mobilidade dada aos *fiscais* dos serviços administrativos e se porfiar em *tenacidade* nas operações do censo contra a *tenacidade* indígena nas operações... de subtracção, os recenseamentos não de acusar em breve números que satisficam,—embora sem se chegar às *indigestões* de 1888 e 1924, que excedem largamente tudo quanto se pode querer em realidade.

Certos *críticos* quiseram ver na sucessiva redução do número das palhotas colectáveis (desde 1927 para cá) um sintoma de... despovoamento. Ora é certo que as 179.501 palhotas acusadas em 1927 foram descendo até às 164.192 de 1929. Mas a verdade —a puríssima verdade—é que foi por *ordem superior* que se eliminaram dos arrolamentos (e em benefício das populações indígenas) as palhotas que, por sua natureza, não eram colectáveis, e aquelas que, por artes diabólicas, se tinham registado... sem existirem. A população, essa... aumentou! E é nas regiões ao longo da fronteira que o aumento se acusa,—nem que pese às línguas danadas que, por vício ou rancor, praticam a difamação... mesmo contra os interesses da Pátria.

* * *

Fixar-se a distribuição antropogeográfica dos povos que habitam a Guiné e fazer-se o seu estudo etnológico, oferece hoje inúmeras dificuldades: na luta pela vida, todos os povos se baralharam quer em conseqüência das guerras quer pelos efeitos... da paz. O largo inquérito etnográfico a que procedi em 1927,—e em virtude do qual já foram publicadas

interessantíssimas informações sobre os *Balantas* e *Manjacos* e *Brames* em apensos ao «Boletim Oficial» — derrama a luz bastante para nos criar... a indecisão. Para completar o trabalho etnográfico, pretendi contratar um antropologista que nos dissesse algo sobre os caracteres somáticos, de maneira a fixarem-se os agrupamentos étnicos: o Ministério desinteressou-se... Direi melhor: contrariou... E agora é uma Missão estrangeira, chefiada pelo viajante austríaco Bernatzik e da qual faz parte o sábio professor alemão Dr. Bernhard Struck, que, a expensas do Museu Etnográfico de Dresden, está efectuando, desde Dezembro do ano findo, o reconhecimento antropológico da Guiné... que foi desprezado por nós. Creio que, além das mensurações feitas em 1926, pelo Dr. Schneider, sobre 118 indígenas *Bijagós*, nada mais se conhece sobre os caracteres morfológicos das populações guineenses. E, se isto é vergonha, está livre dela a minha cara... A *autonomia* das colónias é esta *beleza*. . . que se vê!

Da etnografia e linguística, alguma coisa podia dizer porque importantes elementos recolhi. Mas não cabe na índole deste trabalho um estudo dessa natureza. Ficará para depois... Demais, até se ganhará com êsse adiamento, pois que alguma coisa de novo (e essencialíssima) nos há de ser fornecida... pelo Museu Etnográfico de Dresden.

O que agora mais importa é saber que nem todos os agrupamentos definidos pelos nomes supracitados correspondem a raças etnicamente distintas.

Ernesto de Vasconcelos, no seu livro *As Colónias Portuguesas*, apresenta-nos uma divisão em raças e sub-raças, com a sua respectiva distribuição geográfica, que estão muito longe de satisfazer. Antigamente, os grandes Estados indígenas tinham a sua posição definida: os *Mandingas*, invasores, ocupando quasi todo o território da margem direita do rio *Farim* e da margem esquerda do *Geba* até à margem direita do *Corubal*; na margem esquerda do *Corubal*, em toda a área da antiga jurisdição de Buba (Forreá, Cubisseque, Rio Grande, Guinala, Boduco, Jabadá, etc.), os *Beafadas* ou *Biafares*; na margem direita do *Geba*, desde o *Imperial* até à fronteira, numa larga zona cujo limite oriental era o Estado *Mandinga*, os povos *Balantas*; ao ocidente, em toda a área de S. Domingos (Suzana, Varela, etc.), os *Felupes*; e, na margem esquerda do *Cacheu*, ao ocidente dos *Balantas* e até ao mar, os *Manjacos*, os *Brames* e os *Papeis*, que têm as maiores afinidades; nas ilhas do arquipélago, os povos *Bijagós*, misteriosa amálgama de tipos diferentes, sobre os quais Deniker escreveu... para lermos com orgulho:

«*Jadis, guerriers farouches, employant des flèches empoisonnées et se peignant le corps avec de l'ocre rouge, ils sont devenus aujourd'hui sous la domination portugaise des commerçants paisibles*».

Entre os *Felupes*, pequenos núcleos de *Baiotes*, *Cassangas*, *Cobianas* e *Banhuns*. Entre os *Balantas*, um pequeno agrupamento de *Cunantes* e *Saracolés* (ou *Soninquêses*). A leste, na área de *Cacine*, pequenos grupos de *Nalís* e *Sóssos*. Foi a invasão dos *Fulas*, pela fronteira de leste, que tudo transformou. De começo, a penetração foi toda pacífica, autorizada pelos *Mandingas*. Mas, a partir de 1863, deu-se a penetração e a expansão pela força, iniciando-se em Cabucussará a derrocada da Supremacia *Mandinga*.

Depois, coube a vez aos *Beafadas*, no Forreá. E, em 1886, quando as lutas acabaram pela vitória dos *Fulas* sobre todos os seus inimigos, o grande Estado *Mandinga* reduzia-se a núcleos de população dispersos por *Farim*, *Bafatá* e *Gabú*, cingidos pelas povoações *Fulas* dominadoras. Dos *Beafadas*, que valentemente se tinham batido, poucos restavam nas clareiras do mato.

E as guerras que, a seguir, se travaram para a ocupação e pacificação da Colónia, tendo o Governo por aliados principais os *Fulas* e os *Mandingas*, maior dispersão ocasionaram, porque, em cada terra ocupada, se fixavam colónias dos vencedores para manter a ordem e... cobrar tributos. E, na esteira dos *Fulas*, foram entrando os *Mouros*,—berberes cruzados de sangue negro,—que desciam do Sahará ocidental ora a comerciar ora a praticar, como «marabús», o ensino do árabe... e do Korão.

Etnicamente, pertencem os *Fulas* ou *Peulh* ao grupo ocidental dos *Fula-Sandé*,—sendo populações mestiças, de fundo *Etiope*, mas com predomínio do sangue berbere ou negro... São altos, magros, bem musculados, rosto oval e comprido, nariz proeminente, bôca pequena e de lábios delgados, cor parda ou chocolate, com reflexos avermelhados.

O *Futa-fula* representa na Guiné o tipo mais perfeito. O *Futa-fôro* é mais cruzado de sangue negro. O *Fula-preto* é apenas um nome que designa os indígenas escravizados pelos *Fulas*, alguns tendo destes uma parte do sangue, mas outros não têm senão... o vestuário. *Mandingas*, *Beafadas* e *Balantas* entram na composição do *Fula-preto*.

Os *Mandingas* ou *Mandé*, são aborígenes do alto Senegal, pertencendo ao grupo dos *Nigrícios do Sudão Ocidental*. Também pertencem a este grupo os *Soninquêses* ou *Saracolés*, do sul do Sahará,—que, em grande parte se misturaram com os *Diola*, adoptando a sua língua,—e os *Sóssos*, repellidos do Futa Djallon para o Sul pelos invasores *Fulas*.

Todos os outros povos da Colónia pertencem ao grupo dos *Nigrícios do litoral* ou *Guinés*. São altos, dolicocefalos, pele negra, cabelos crespos, nariz largo e chato, lábios salientes e espessos, prognatismo frequente.

Os povos *Felupes*, com os *Banhuns*, incorporaram-se na tribo dos *Diola*, que habita o litoral entre os rios *Casamansa* e *Gambia*. Os *Balantas* estendem-se para o sul dos *Diola* e distinguem-se deles pelo seu feitio belicoso e traçoero, tendo o roubo como a expressão máxima do heroísmo.

Entre os *Nigrícios do litoral* há grandes afinidades linguísticas, devendo, porém, exceptuar-se os *Bijagós* que, tanto pela sua língua como pelos seus hábitos, merecem absoluta distinção.

O povo *Fula*, é especialmente criador de gados... com excepção do porco. O *Mandinga* é cultivador, comerciante e artista,—mas o trabalho do campo é tarefa... das mulheres. O *Balanta* faz do trabalho da terra a sua máxima profissão, sendo o agricultor por excelência dos arrozais. Seguem-se, em qualidades de trabalho, o *Papel* (ou *Pepele*) e o *Brame* (ou *Mancanha*),—mas este é, essencialmente, pastor... de coração. O *Manjácó*, é o homem do mar, vagabundo por feitio e... bêbado por gosto, tendo nas palmeiras *Elaeis*, que explora, uma fonte permanente de... vinho capitoso. E o *Bijagós* é tal

(Conclue na página 12).

POLÍTICA de portos...

Tema em que há muita opinião formada, reflectidamente, documentadamente, com caracteres, pelo menos com a forma de verdades científicas.

Tema em torno do qual actuam forças visíveis e invisíveis, geradoras, animadoras, impulsionadoras de opiniões.

As primeiras são respeitáveis, como tôdas as opiniões sinceras. As segundas nem sempre serão igualmente respeitáveis; o que são algumas vezes é muito mais poderosas, e não deve ser arriscada previsão jogar pela sua vitória.

Pois bem! Sem quebra de respeito pelas opiniões sinceras e honestas e sem ilusão sobre a potencialidade das forças visíveis e invisíveis, lá vai uma opinião que tem a ousadia, inconcebível quasi em tempos comodistas, de discordar às vezes de ideias feitas, de teses que parecem unanimemente aprovadas, de pontos de vista tão luminosos, tão evidentes, aos olhos de quasi todos, que nem são sujeitos a discussão.

Sem quebra de respeito, repito. No campo daqueles de quem discordo em alguns dos meus modos de ver, estão homens dos que mais estimo, dos que mais admiro. São, alguns, de tão grande valor e de tanta consciência, que se compreende que a sua opinião, acompanhada algumas vezes, mesmo, de iniciativas, de trabalhos e de responsabilidades, torne algumas das ideias formadas sobre política de portos, princípios considerados pela opinião geral como não cabendo sobre eles divergências. Tem sido de surpresa e de espanto a primeira impressão de alguns homens que me ouvem discordar. Verdade seja que, desses mesmos, passada a surpresa, reconhecem muitos que o dogma é susceptível de análise, e alguns, até, acabam por dar razão à ousada voz discordante.

Como princípio essencial, tenho a opinião de que os portos de Angola são e devem ser, primeiro que tudo e acima de tudo, *portos de Angola*.

Vive enraizadíssima no meu espirito a convicção de que é uma noção erradíssima, embora generalizada a quasi todos os cérebros pensantes do colonialismo e da esfera de governo de Portugal, a noção de que nos cabe como aspiração, e não nos simples limites de uma função a combinar com o próprio proveito que dela haja a tirar, a serventia do *hinterland* estrangeiro.

Nesta passagem careço de escudo para aparar estocadas vindas de toda a banda. Suspendam, por favor!

Supor-se há, porventura, que nesta altura de uma vida em que tantas responsabilidades e tantos trabalhos desse carácter passaram pelas mãos de um homem, esse homem ignora o que é a situação geográfica relativa das colónias de Portugal, ignora o que sejam pressões internacionais, ignora incidentes da história contemporânea, e ignora, de olhos postos num passado de há vinte anos, o que seja a apre-

goada orientação post-guerra em matéria de exploração de colónias? Não ignoro cousa alguma dessas. Mas considero como o maior dos erros da mentalidade portuguesa a submissão absoluta, que vai ao pavor permanente, aos critérios dos interesses dos outros com o sacrificio da definida e legítima linha dos nossos próprios interesses. Se a vida portuguesa não tem função superior à serventia dos outros, é deslocado o seu papel na vida actual dos povos. Não é pela transigência absoluta e permanente aos interesses e modos de ver alheios, que Portugal garante a integridade ou a duração do seu domínio. Uma individualidade que não se define a si própria, não tem que ter a consideração de quem quer que seja. Quanto mais abdicarmos de nós mesmos, quanto

mais apagarmos a nossa própria situação, mais nulos seremos, mais desprezo, mais exigências haverá, de ano a ano, para com Portugal.

Temos o direito de ser alguém, e temos o dever de nunca sermos nós a negar a nós próprios esse direito.

Eu não desconheço factos da história e circunstâncias

da vida dos povos que estão ante os olhos de todos. Mas ao fim de muitos anos de aplicar o esforço do meu espirito à forma como os portugueses devem encarar a sua situação perante os outros povos, vívidos anos, quer de paz quer de guerra, em que fui pôsto à prova em atitudes e circunstâncias prenches de responsabilidade, cheguei à conclusão absoluta de que é com a firmeza da nossa dignidade, com o respeito por nós mesmos, com a inquebrantável noção de que a nossa inferioridade não é de admitir sequer como argumento no defrontar da nossa situação com a situação dos outros, que temos a probabilidade única de ser respeitados.

É um engano a ideia de que a inferioridade material nos impede de andar no mundo de cabeça erguida. É um engano máximo. Bom seria, inquestionavelmente, não termos essa inferioridade material. Mas visto que ela existe, não a agravemos com atitudes rastejantes, imponhamo-nos pelo nosso respeito a nós próprios, procuremos ter e mostrar sempre a nossa dignidade tão alta, o nosso direito tão indiscutível, que se torne menos frequente e menos tentador o hábito de o amesquinhamos. A nossa inferioridade material impõe-nos mais ainda o esforço de nos valorizarmos e de nos elevarmos a nós mesmos.

Temos portos. Não façamos a nossa própria cegueira. Ainda não foi tão grande o avanço das ideias internacionalistas como nós estamos a querer impor a nós próprios. Não vamos além daquilo que, perante as leis que há ainda no mundo, há o direito de exigir de nós e portanto o dever de nós praticarmos. Se imaginamos que é pela perfilhação antecipada de ideias que as mais violentas e mais extensas revoluções não lograram ainda fazer vingar entre os povos, que é reduzindo expontaneamente o direito soberano, que consolidamos a nossa situação, somos

Reflexões sobre o Lobito

Pelo capitão de fragata

HENRIQUE CORREIA DA SILVA

(PAÇO D'ARCOS)

Antigo Ministro das Colónias

Antigo Governador Colonial

Chefe do Departamento Marítimo em Angola

nós, ainda mais do que os outros povos, a enfraquecer-nos e a condenar-nos.

Há porém em Portugal, enraizadíssima, não só a noção derrotista de que nos cumpre o vassalismo como linha de conduta, a humildade como expressão de desejo de harmonia, mas também a ideia de que está na serventia dos *hinterlands* de outras nações a aspiração máxima para o progresso e para o engrandecimento do que é nosso.

Logar comum, dirão, não tem que discutir-se. E no entanto a minha convicção diz-me que é um erro transformar numa aspiração o que não deve considerar-se senão como um elemento a combinar, quando assim deve ser, com o problema dos nossos próprios interesses e com a plena existência dos nossos direitos, sempre superiores.

Existe uma colónia portuguesa para a qual a solução «pôrto de trânsito» deve constituir inquestionavelmente aspiração e programa de governo. Essa colónia é Macau, que não tem elementos de vida própria, que é um grupo de penhascos sem extensão para agricultura, sem uma mina, sem produção alguma nem possibilidade de a ter, com uma colmeia de população de outra nacionalidade pronta a emigrar no dia em que pensarmos tirar dela os recursos com que custear uma administração. A situação geográfica da colónia é que é porém indestrutível, e por isso Macau não tem outro papel digno senão reviver o próprio passado e ser de novo um pósto de comércio da China. Se o não for e se a fonte das suas actuaes e melindrosas receitas se estancar (e bem se sabe que difícil é mantê-las) Macau não poderá ser senão uma ruína, um padrão da História, como as igrejas de Goa-Velha ou as muralhas de Diu.

Nenhuma outra colónia de Portugal tem direito a ter como objectivo a serventia dos interesses do *hinterland*. A própria Índia tem visto o castigo de quarenta anos de esterilidade e de encargos no esforço de Mormugão, para reconhecer a falibilidade dessa prosperidade, e resta saber em que medida a movimentação do pósto, prometida em fase que pareceu avistar-se, vai contribuir para o bem estar dos povos da Colónia e para a riqueza das suas finanças. É mais pela garantia da comunicação marítima em tôdas as estações do ano e pela ligação ferroviária do nosso domínio com a rede geral indiana, para própria serventia da nossa Colónia, que a obra de Mormugão tem um alcance real para a vida dela. Os quarenta anos de crise, que amanhã podem recommear por qualquer luta de tarifas, mostram a enganadora, ou pelo menos falível sedução, para os portugueses, que é qualquer outro aspecto das vantagens dessa obra.

Expressamente não quis deixar de falar no caso de Mormugão, visto que o radicalismo da excepção única que afirmei me impunha o dever de considerar o caso desse pósto. Devo porém dizer que é principalmente pelo que respeita ás colónias de África, onde estão dois milhões de quilómetros quadrados dos domínios de Portugal, que formo a minha opinião.

São dois milhões de quilómetros quadrados, não são os quatro penhascos de Macau. São extensos países, com as condições para a própria prosperidade, para a própria riqueza, nos quais essa prosperidade, essa riqueza, como elementos da vida portuguesa, nos devem interessar acima de tudo e devem constituir a linha do nosso programa de acção.

Nesta nova passagem surgem de novo assestadas as pontas das lanças: — É a riqueza que representa o trânsito?

Novo logar comum, nova ideia formada, mas ideia a que não me rendo, logar comum que é falso, no caso de colónias com as condições de vastidão, de riqueza, de possibilidade de colonização que têm as nossas colónias de África.

Não significa esta opinião que pensemos em as fechar ao trânsito, que queiramos cercar-nos de uma muralha da China, que vamos estabelecer a incomunicabilidade com outros povos... Vai perdido nos séculos o «mare-clausum» para o pavilhão de Portugal e há muito tempo que todo o cidadão não-indesejável atravessa e trabalha à sua vontade, qualquer que seja o seu país de origem, nos domínios de Portugal. Esse encerramento de fronteiras, esse isolamento dos restantes povos, é um absurdo que não passa por cabeça alguma e que portanto não é muito que eu repudie que esteja no meu espírito. Há trânsito a que convém os nossos portos e as nossas vias de comunicação? Ele que passe; mas não façamos dêle o penhor que nos avassala; não façamos dêle o encargo que nos arruína, enquanto, na nossa própria casa, vêm prosperar os outros; não façamos a aspiração que nos deslumbra, quando nos acarreta exigências sobre exigências, dissabores sobre dissabores, perigos, às vezes, ofensas, outras vezes, incómodos, sempre.

Os nossos portos estão abertos à navegação de todos; os nossos caminhos de ferro e as nossas estradas são e sejam utilizáveis pelos trabalhadores e pelos bens de qualquer nação. Mas não transformemos esse direito que reconhecemos aos outros, em qualquer cousa de superior ou sequer de igual ao direito que nós temos, não levemos o desejo de ter ser úteis ou ser prestáveis ao limite que importe o esquecimento ou desrespeito do interesse superior do nosso povo e da sua obra.

As convocações de Loanda, de 1927, referentes ao porto e caminho de ferro do Lobito, são, para mim, a culminância do erro desse critério português.

Robert Willianes acercou-se em 1902 do Governo Português e obtêve a concessão do caminho de ferro nas condições cujas linhas gerais são bem conhecidas.

Porventura, se nessa altura, para a realização de um tão grande e oneroso empreendimento, o pretendente à concessão tivesse feito ver a indispensabilidade de uma negociação diplomática para lhe garantir o Tráfego da Katanga, seria explicável que o Governo Português, ante a vantagem de ter, sem encargo para si, um caminho de ferro através todo o sertão de Benguela, entabulasse negociações com a Bélgica, procurando em todo o caso e muito naturalmente o máximo de compensações que, das próprias negociações, pudessem resultar-lhe.

Mas o concessionário ou não pediu ou não obtêve acôrdo algum dum Governo Português com o do Estado do Congo ou com o belga, seu tutor. Meteu mãos à obra; venceu montanhas de obstáculos. Recorreu, vezes seguidas, ao Governo Português, pedindo adiantamentos para o prazo da construção, e o Governo Português, ainda no último adiantamento concedido, fixou cláusulas de vantagem para o Estado como condicionamento à concessão que faria.

Pois bem. o caminho de ferro, estava emfim a

pequena distância dos confins portugueses; Angola achava-se servida com uma esplêndida via férria desde o mar até ao máximo da penetração do seu sertão; ao longo dessa via, que levava vinte e cinco anos a construir, a prosperidade crescia, erguiam-se as povoações, convergiam as estradas, alargavam-se as culturas, espalhava-se a colonização. O Estado Português, inteiramente senhor da situação pelo rigor dos contractos que executara, vê plenamente confirmado o acerto da concessão que havia feito e vê, jubilosamente, crescer e alastrar para um lado e outro da via férria a prosperidade de Angola.

E' nessa altura, quando Portugal encontrava o seu interesse inteiramente e seguramente servido, quando a utilização do caminho de ferro e do porto terminus são um elemento de importância já visível e crescente na vida portuguesa, que nós vamos dizer ao interesse estrangeiro: Aqui tendes, isto é mais vosso do que nosso; vinde utilizá-lo, nada vos pedimos, nenhuma compensação desejamos, aqui estamos para vos servir, para fazer quantos cais sejam necessários, quantas obras sejam precisas... Que importa que as mercadorias da colonização portuguesa vão ficar pelos cais do caminho de ferro fermentando e inutilizando-se à chuva e ao sol? Os vagões com os vossos minérios, garantimos nós que não-de passar, haja o que houver! Os vossos vapores, garantimos nós que não-de atracar aos nossos cais e nem mais um centavo vos pediremos. A restinga é pequena? Não faz mal, os talhões não-de ser para quem puder pagá-los pelos mais altos preços, podem subir até libras por polegada quadrada porque vós tendes dinheiro bastante para os comprar! Nessa restinga as taboletas dos vossos escritórios, nos prédios de 10 e de 20 andares, mais até se fôr preciso, anunciarão para o mar e para a baía a vossa presença. A vida ficará infernalmente cara, os portugueses sentir-se-ão em terra de outros e procurarão debalde um escritório onde aceitem quem fale português, mas isso que tem? Tudo isso será à contada cordealidade do nosso affecto... a que vós podereis corresponder, querendo, nos vossos jornais, nos vossos livros e nas assembleas dos Estados com a acusação da nossa incompetência.

Se pela primeira vez escrevo estas minhas apreensões, já algumas vezes as tenho apresentado a pessoas autorizadas e insuspeitas. Rebatendo o meu receio de que o tráfego belga, que tem não só a primazia que deriva de vir do alto da linha, mas que tem todo o direito que deriva, além de tudo mais, da obrigação ilimitada a que Portugal se ligou pelo artigo 8.º da convenção, rebatendo o receio, dizia, de que o tráfego belga venha a prejudicar o tráfego português, eu exponho os argumentos que ouvi. Pronunciavam-nos pessoas das mais autorizadas e das mais insuspeitas. Uma referiu-me que se estenderiam paralelamente tantas linhas quantas fossem precisas... Outra disse-me que, se o tráfego português não pudesse descer, tinha o caminho ascendente fácil e o mercado da Katanga aberto...

Foram as respostas que mereceu a minha observação. Construir novas linhas, como se doze milhões de libras e vinte e cinco anos de trabalhos fôsem um esforço fácil de multiplicar! Guardada a proporção, que se é grande para a extensão das linhas, é grande também para os recursos de quem as construiu, ocorre o caso da Rússia, esmagada numa guerra que

decidiu da sua situação no oriente e de grande potência, com uma linha única através de toda a Sibéria. Utilizar a viagem ascendente... que solução tão ínfima! Abrir ao sertão de Benguela o mercado da Katanga, com uns milhares de europeus e umas dezenas de milhar de mineiros, em concorrência com as Rodézias, com o próprio Congo, com todas as linhas convergentes, ficar com a porta do Dilolo aberta para esse campo, como compensação à porta do Lobito, que se lhe encerra e que abria para o mundo todo!

Foram duas pessoas das autorizadas e das mais insuspeitas que assim rebateram as minhas observações. Escusado seria dizer que mais firme fiquei na minha apreensão.

Dir-se-à também: mas Robert Williams tinha direito a ir buscar a ligação da Katanga; desde o início que o Estado Português sabe que é esse o objectivo do concessionário e não há que extranhar, por parte de Portugal, em o ver realizado.

Longe de mim pô-lo em dúvida. Mais ainda, longe de mim a ideia de negar a Robert Williams o crédito que tem à simpatia de Portugal pela obra que já fez. Mas o problema de Benguela, para o Estado Português, regulava-se por contractos cuidadosamente feitos, não se regulava por sentimentos, elemento que não figura em lei nem código algum. A simpatia portuguesa obrigaria quando muito a facilitar os problemas da linha de Benguela quanto coubesse ao interesse português, ou, indo ao máximo da conciliação, quanto não prejudicasse ou pudesse ameaçar esse interesse. A ligação da Katanga servia um objectivo a atingir pelas próprias diligências da Companhia e dos interessados do *hinterland*. O Estado Português, no seu papel, teria de ver a forma segura de que esse empreendimento não lesasse a economia de Angola, de que esse empreendimento não viesse a acarretar-lhe encargos sem compensações, ou antes e melhor do que tudo, como governo que tem obrigações de governo, procurar ainda tirar para Angola vantagens que contrabalançassem as facilidades que davamos.

Dizem-me que o Caminho de Ferro de Benguela foi alheio à elaboração da Convenção. Basta dizer-mo quem o diz para eu assim crer. O erro não diminui por isso. O que é certo é que Portugal foi para a mesa da Convenção com os magníficos triunfos que representavam o porto do Lobito e o caminho de ferro construído, e veio de lá sem uma única conquista, sem uma garantia única da defesa da economia de Angola, e com restrições de direitos, com obrigações e encargos.

A letra das Convenções foi assinada em Loanda. O espirito delas, a obrigação moral que Portugal contraiu, suponho ter tido outro berço, além, no Centro da Europa.

O mobil, estou seguro disso, teve a melhor intenção. Julgava-se servir Portugal... na sempiterna, na imutável senda da concordância com tudo que de nós se deseje, iluminada de alto, de mais a mais, com aquela esplendente teoria de que o trânsito estrangeiro é a nossa maior felicidade...

Ante essa imensa felicidade, esse transbordante caudal da fortuna, eu fico à margem, na praia, olhando apreensivamente, feito mais uma vez um velho do Restelo.

Página literária

O aniquilamento da coluna governamental fôra completo e ao finalizar a refrega, na vasta planície sombreada por gigantes-cos imbondeiros, iam-se reunindo a pouco e pouco, todos os rebeldes que nela tinham triunfado.

Segundo o costume, traziam os mais variados trofeus, como catanas, espingardas, panos, adornos e, superior a tudo isso, despojos mais honroso se preciosos, várias cabeças decepadas ao inimigo. Raros eram aqueles que em volta da cintura, ostentavam um rosário de cinco ou seis dessas sanguinolentas contas, pois sendo um ponto de honra entre os timores, preservarem os cadáveres dos que combatiam a seu lado, de tão feroz usança, necessário se tornava obrar prodígios de audácia e valentia, para romper o círculo dos inimigos e dum certo golpe, separar o tronco, das apeteçadas cabeças. Agarando pelos cabelos o adversário exanime ou mesmo vivo, erguíam-o bem ao alto, de maneira a apresentar livre o pescoço e então um golpe vibrado de diante para traz, deixava nas mãos do guerreiro-carasco, uma máscara de olhos esbogalhados, escorrendo sangue daquela placa sanguinolenta talhada pelo ferro. Poucas vezes o herói saía do lance sem graves ferimentos e por isso mesmo, o respeito e consideração tributados a cada um, dependendo do maior ou menor número de decapitações efectuadas, O orgulho que brilhava na fronte dos liuraes, ao desprenderem uma a uma essas cabeças, para as lançarem no montão constituído por tantas outras, fazia curvar em atitudes de submissão e espanto, aqueles que não tinham tido igual sorte e que se aprestavam agora a cantar a glória do vencedor.

Os milhares de guerreiros formavam círculos profundos em tórno da trágica pira funebre e pouco a pouco um côro soturno, de inflecções graves e tristes como a noite que envolvia cena tão macabra, ia-se desprendendo daqueles peitos cavernosos. A princípio, era um súrdo vozear de guturaes, mal deixando distinguir as sílabas que se confundiam num rumor que parecia vir de muito longe, mas à medida que o canto progredia, a toada ia-se acentuando cada vez mais, sempre num tom lugubre que causava arrepios e por fim quando os insultos aos vencidos atingiam a intensidade de diabólicas imprecações, os clamores cada vez mais ululantes que jorravam daquelas bocas descompostas pelo furor, convertiam-se numa tempestade de urros de tal maneira espantosos, que as próprias cabeças pareciam vibrar horrorizadas perante a intensidade de tantos ódios.

DO LIVRO

O Rei de Timor

DE THEOPHILO DUARTE

transcreve-se o capítulo

A dança das cabeças

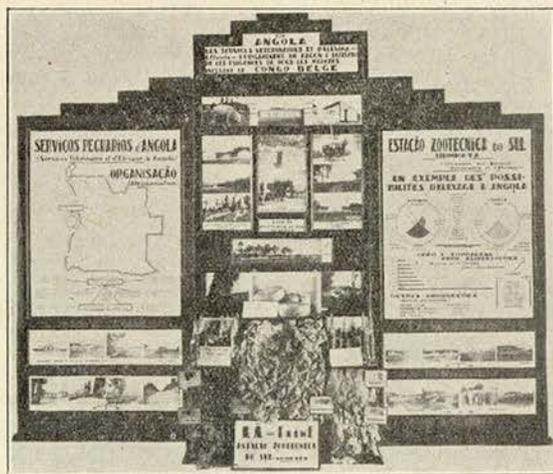
No lorçá, canto que o guerreiro Timor só entoava na guerra e em frente das cabeças decapitadas, deixava o gentio extravasar todos os sentimentos duma animalidade feroz e toda a gama de ódios, imprecações e raiva homicida, de que eram acompanhados os combates entre tribus, separadas por ancestraes tradições de rivalidades. As violências so-

fridas por cada um, os vexames suportados por famílias inteiras e as depredações que tinham flagelado todo um povo, encontravam agora um desforço, nesse cadenciado amontoar de recriminações, nesse plangente encadear de insultos e nessas violentas estrofes de maldições.

Ao finalizar o hino bárbaro e guerreiro, um pontapé atirado pelo chefe mais respeitado desfazia a pirâmide humana e a este sinal, todos se precipitavam na ância de sentirem rolar na sua frente, aquelas cabeças que sob um chuva de ironias, rodopiavam numa dança macabra e se entrechocavam em surdos encontros.

E o lorçá, chave d'oiro dos combates timores, finalizava nesta embriaguez de foot-ball canibalesco!!

Exposição de Elizabethville



O Stand da Estação Zootécnica do Sul (Humpata) dirigida pelo Sr. dr. Abel Pratas

SUPOMOS que já hoje ninguém pôde em dúvida a existência duma ciência colonial cujo conhecimento é actualmente necessário para a resolução dos problemas coloniais, cada vez mais complexos. A dificuldade, porém, reside essencialmente na aplicação prática dessa ciência, ao tentá-la transformar em acção.

Agora que todos os países que não têm colónias, aguardam ávaramente o momento em que possam pôr em cheque a obra colonial daqueles que têm a dita de as possuir, sobretudo se notam nessa obra falta de realizações, a necessidade de não ignorar as doutrinas mais correntes da ciência colonizadora moderna impõe-se em absoluto. Vai longe a época das improvisações em matéria colonial.

A política colonial, qualquer que ela seja, tem que assentar em bases rigorosamente científicas. Mais do que explicar ideias novas sobre o assunto que serve de título a este artigo modestíssimo, o nosso fim é, muito principalmente, tornar conhecido dos numerosos leitores desta revista o interessante artigo que ultimamente publicou numa importante revista belga, M. Alfassa, Governador de Colónia, antigo Governador Geral da África Equatorial Francesa, intitulado «*La doctrine coloniale devant les faits*». Autoridade incontestável no assunto, com uma larga experiência na resolução dos problemas coloniais, as suas palavras são dignas de se tornarem conhecidas em todos os países colonizadores, mórmente no nosso em que se começa a sentir ou antes, em que se sente há muitos anos já, a necessidade duma política de realizações em matéria colonial, que deve começar por realizar a tão reclamada e precisa unidade política e económica do nosso Império Ultramarino. Crêmos ter chegado a hora de o conseguirmos. A frente do Império está hoje Alguém, sentem-no todos aqueles que acima de tudo desejam que Portugal retome o caminho que a sua história reclama. Tanto basta para que acreditêmos que vai finalmente realizar-se o que ainda ontem nos parecia um sonho. As nossas colónias importam cerca de 16 milhões de libras de mercadorias várias, sómente cerca de 1 milhão de libras é importação nacional. Que tarefa mais gloriosa e de resultados práticos imediatos existirá, hoje em dia em que nada se sobrepõe às questões económicas, do que conseguir trazer para a economia nacional parte importante desses 16 milhões de libras?

Tarefa inglória, cheia de escolhos, sem dúvida... mas necessária, urgente, e que se impõe hoje mais do que nunca. E depois... as almas novas, as inteligências superiores, põe-as o Destino ao serviço das Nações que precisam resolver os seus grandes problemas nacionais, vencendo todos os obstáculos por maiores que sejam. Acaba um grande português — o Dr. Oliveira Salazar — de resolver, num esforço persistente e tenaz de português de lei, o nosso problema financeiro. É urgente que outro

A ciência colonial e a sua aplicação

Pelo

DR. JOSÉ DA FONSECA FERREIRA

Licenciado em Ciências Económicas e Financeiras
pela Universidade Técnica e Colonialista pela Escola Superior
Colonial de Lisboa

grande português resolva também o nosso problema colonial.

Sonho? Ilusão? Não! Realidade que se impõe. Voltêmos, porém, ao oportuno artigo de M. Alfassa. Após o ter referido que foi Jules Ferry, o primeiro estadista que definiu os princípios gerais em que deviam

assentar os governos coloniais, «dizendo que era necessário dar aos governadores das nossas colónias *un mandat d'agir et d'oser*», diz o ilustre articulista:

«Realizar e empreender, isto é realizar, porque empreender é também realizar. Nada do que se tem passado na Europa e no Mundo depois do fim do século dezenove modificou este axioma: colonizar é realizar. E para realizar, dentro da lei, que é ainda a base das sociedades modernas, é preciso ter *un mandat d'agir*, mandato mais ou menos explícito ou tácito, segundo o estado de espírito daqueles que o conferem, o valor pessoal e a autoridade daquele que o exerce. Esta regra aplica-se tanto às empresas privadas como às oficiais; se bem que no estado actual da evolução colonial, toda a obra nas colónias vale o que vale o homem que a dirige *sur place*. Existe, não há dúvidas a este respeito, uma técnica de acção. Toda a doutrina que a desconhece destina-se a um fracasso. Todo o preceito que não é imediatamente susceptível de ser posto em acção, no ritmo possível da acção, está condenado a ficar letra morta. Esta técnica não é aqui o lugar de a expôr; mas é necessário recordar e afirmar a sua existência porque ela domina superiormente todo o estudo seguinte».

Depois destas breves considerações entra Sua Ex.^a na análise da ciência colonial escrevendo:

«Ha uma ciência colonial, como ha uma ciência militar, uma ciência médica, uma ciência astronómica, uma ciência dos corpos orgânicos. Se ela é menos rápida na sua evolução, tende todavia de dia para dia a evoluir para uma forma mais precisa, como as doutrinas das escolas de guerra vão substituindo o imperismo das batalhas, como as modernas regras da terapêutica e da profilaxia substituíram as práticas médicas primitivas, como a astronomia, as novas teorias da matéria, a química, a biologia destronaram a astrologia e a alquimia dos nossos antepassados. A ciência colonial como todas as ciências sociais, e ainda mais que as outras ciências sociais, é falha de rigor, tanto por causa da multiplicidade e da variedade dos problemas que ela abrange em todos os pontos do globo, como em virtude da insuficiência actual dos métodos críticos, que os permita determinar. Ela possui, porém, como o direito, como a sociologia, como a política e a economia, os seus autores, as suas escolas, os seus órgãos deliberativos e de propaganda quer privados quer oficiais, os seus Congressos, as suas Academias, os seus Institutos Nacionais e Internacionais, possuindo já uma literatura abundante que, por ser ainda pouco conhecida e por

lhe faltar uma autoridade que a imponha a todos os meios, não deixa todavia de representar um grande esforço colectivo que é forçoso tomar na devida consideração».

E acrescenta ainda o ilustre colonial francês: «Por um lado, a criação da Sociedade das Nações e a de todos os organismos que gravitam à sua volta provocaram, de facto senão de direito, uma tendência clara, favorável ao controle internacional de todos os dados da acção colonial das potências. Por outro lado, a complexidade dos problemas coloniais mundiais e os progressos da indústria, da radiotelegrafia e da aviação tornaram, particularmente na solução dos problemas económicos, a política colonial solidária com a política geral. Acrescente-se que as promessas feitas aos povos de todas as raças, áquelles mesmos incapazes de se governarem eles próprios, e as propagandas de toda a espécie que se multiplicam em todo o mundo, crearam problemas novos, que surpreendem os países mais tradicionalistas, como por exemplo, a Grã-Bretanha. A ciência colonial possui por conseguinte cada vez mais alicerces em todos os países e fixa cada vez mais as suas raízes nas outras ciências, das quais ela é de hoje em diante inseparável companheira. ¿Como conciliar a necessidade de realisar, base de toda a obra colonial, com as exigências sempre crescentes da ciência colonial que não permite mais improvisar soluções aos problemas coloniais? Dois males opostos são de re-crear. Um deles, é a ignorância da autoridade local, investida necessariamente de poderes muito latos. O outro, é a intrusão abusiva ou incompetente das autoridades distantes, mais ou menos responsáveis e irresponsáveis, que paralisam a acção ou a tornam inoportuna».

¿Qual a forma de combater estes dois males? É ainda Sua Ex.^a que o vai dizer, acrescentando: «Em França, contra o primeiro mal, o controle existe em diversos graus: o controle da inspecção das colónias, o da administração central, o do Parlamento, o da opinião pública, sem falar já no novo controle internacional que começa a fazer-se sentir. Contra o segundo mal, até ao presente, as tradições de descentralização e a seleção dos governadores têm constituído um dique suficiente. As instituições úteis e necessárias existem pois; torna-se preciso que o seu livre funcionamento não seja falseado. O problema todavia torna-se cada vez mais difícil. As doutrinas coloniais evoluem num ritmo que nem sempre corresponde à evolução dos acontecimentos. Emquanto as doutrinas da assimilação, da associação, da colonização indígena, da colonização auxiliada pelos maquinismos modernos, se sucedem no espaço de meio século, as colónias evoluíram, elas próprias, política e economicamente de tal forma que nos é impossível dizer o que será a colonização daqui a um século.

Em presença destas dificuldades, nós não nos encontramos desarmados; mas torna-se necessária uma adaptação contínua, em todos os graus, dos meios postos em acção; e os agentes do drama devem primeiro que tudo preparar-se pela prática contínua e progressiva a compreenderem-se e a auxiliarem-se uns aos outros em seguida». ¿Quais os meios práticos de aplicar a ciência à acção? Di-lo o autor do artigo numa síntese admirável: «Entre os muitos meios de aplicar a ciência à acção, temos a considerar primeiro a preparação dos homens de harmonia com a tarefa que elles têm que desempenhar. Os nossos sá-

bios não serão jãmais homens de acção. É porém necessário que os nossos homens de acção comecem a ser sábios, sábios na arte da colonização, que se está tornando cada vez mais difícil pela complexidade sempre crescente dos problemas coloniais. A aprendizagem colonial é uma preparação para o começo da carreira.

O aperfeiçoamento colonial deve elevar os dirigentes da grande obra colonial à altura da sua tarefa, preparando-os para os altos cargos. Mais tarde aparecerão, talvez mesmo agora, os centros de aperfeiçoamento colonial, semelhantes aos centros de aperfeiçoamento militar creados depois da guerra. Mas o assunto é ainda novo, e são sobretudo os mestres os que apontam os maiores defeitos a esta recente doutrina colonial; pois que as necessidades de acção têm desenvolvido o individualismo e os dirigentes de ontem são geralmente inaptos para formar os de amanhã. A doutrina colonial em face dos factos, tal como a temos defenido interessa a todos os países».

Termina o autor do artigo por dizer que quaisquer que sejam as modalidades da colaboração franco-belga que defende, sob o ponto de vista doutrinário que expandiu, ela deve assentar nas seguintes preocupações essenciais, que bem se podem aplicar a todos os países coloniais:

- a) — Salvaguardar a acção colonial;
- b) — Dar a maior expansão à ciência colonial;
- c) — Aplicar a ciência a acção, sem que uma embarace a outra;
- d) — Desenvolver, com esse fim, os centros de aperfeiçoamento coloniais.

Não deveremos esquecer que o articulista sobre ser um dos mais distintos governadores de colónia, francês, é também um prático na sua carreira colonial onde aprendeu a conhecer a existência da ciência colonial e a reconhecer também a necessidade que existe de que a todos os que se dedicam às carreiras coloniais, seja ministrada uma preparação conveniente, de forma a bem prepará-los para o desempenho das suas funções.

Condessa de Penha Garcia

Todos os jornais estrangeiros e especialmente os jornais coloniais, bem como a Imprensa portuguesa, têm manifestado o seu pezar pelo falecimento em Paris da Ex.^{ma} Sr.^a Condessa de Penha Garcia.

Ao Sr. Conde de Penha Garcia, a *Portugal Colonial* apresenta também as suas condolências pelo rude golpe que sofreu.

A população indígena da Guiné Portuguesa

(Conclusão da página 6)

e qual como o *Manjaco*, mas mais refratário à civilização.

Em boa paz vive comnosco toda a população da Colónia. É ela que, com seus braços, arroteia os campos que semeia,— e colhe, e prepara, e transporta todas as produções que alimentam o comércio. Do seu esforço, nasceram as estradas. Do seu suor, dimanam os maiores tributos.

A população indígena é, pois, na Guiné, a sua máxima riqueza!

Do Sr. José Manoel da Silva, funcionário do quadro administrativo de Moçambique, recebemos, com o pedido de publicação, o artigo que segue, no qual defende pontos de vista contrários aos expostos pelo nosso ilustre colaborador Sr. Capitão A. Caria.

Como declaramos no primeiro número, a «Portugal Colonial» põe as suas páginas à disposição de todos os seus leitores e de todas as ideias de cuja agitação resulte uma melhor definição de qualquer problema colonial, uma vez que pessoas e ideias se apresentem dentro da elevação que é necessário manter numa revista como esta.

Folgamos que o artigo do Sr. José Manoel da Silva nos tenha permitido demonstrar a sinceridade do propósito que afirmámos no nosso primeiro número e desejamos, sobretudo, que da discussão resultem novas ideias ou novos pontos de vista úteis a este delicadíssimo problema do funcionalismo colonial.

Funcionalismo C o l o n i a l

“Reconheçamos o que de bom há feito nas Colónias”

Por

JOSÉ MANUEL DA SILVA

Funcionário do quadro administrativo de Moçambique

SER-NOS-A desculpada a pretensão de fazermos alguns reparos ao artigo do Sr. Capitão Caria, publicado no n.º 2 desta prometedora revista, sob o título «Funcionalismo Colonial».

Sem intuítos de crítica ou de estabelecer polémica para a qual, confessamos, não nos sentimos com preparação, feição e independência, julgamos não ferir susceptibilidades de ninguém, fazendo algumas observações sentidas ao artigo referido, que, focando um problema para nós portugueses da máxima importância, peca por injusto, deixando admitir que, todos os males das nossas colónias, se devem à acção que nas mesmas tem exercido funcionários sem a preparação técnica necessária.

A leitura do artigo deixa-nos a impressão de que estamos na presença de criatura patriota, desejosa de um progressivo desenvolvimento das nossas colónias, defendendo como pode e entende o seu ponto de vista, que é a preparação de uma *élite* de coloniais apta a, no mais curto período, substituir o actual funcionalismo colonial não especializado.

Somos dos que sinceramente, por patriotismo, desejam para as nossas colónias aquela *élite*, apetrechada com uma forte cultura, dispoendo das qualidades físicas e morais exigidas para a boa administração colonial e assim, podendo melhorar os serviços tanto sob o ponto de vista económico como humanitário, mas sem injustiças.

Somos ainda dos que julgam conhecer parte dos erros até hoje cometidos na nossa administração colonial, suas origens e conseqüências, especialmente na parte respeitante a Moçambique, e assim, sentimo-nos aptos a ter o nosso despretençioso ponto de vista, que poderá ser errado mas não nos permite aceitar as conclusões extremistas deixadas advinhar pelo Sr. Capitão Caria.

Ignoramos se o mesmo Senhor conhece as nossas colónias, por nelas ter estado, e assim, de visu, poder reforçar os seus conhecimentos práticos com a especialização do Curso Superior Colonial.

Aceitamos que as tenha visitado; pelo menos, e que delas, pelos livros, conferências e imprensa tenha o devido conhecimento; e sendo assim, dói reconhecer que um bem apetrechado futuro funcionário colonial, feche os olhos ao muito de bom que nas colónias há feito, embora nem sempre ordenadamente, concordamos, pelos não especializados, desajudados por circunstâncias sumamente penosas de toda a ordem, hoje já eliminadas ou atenuadas, e assim suavizada em muito a missão dos futuros diplomados coloniais que já hoje poderão percorrer a colónia de Moçambique e julgo que a de Angola, em todos os sentidos,

por óptimas estradas, sem dúvida nenhuma tão boas ou superiores às das colónias vizinhas, cujo custo em pouco ou nada têm concorrido para o desequilíbrio financeiro de Angola e pouco afectando as hoje quasi desafogadas condições financeiras de Moçambique.

Encontrarão ainda os mesmos especializados, em Moçambique, óptimas instalações, quer para o pessoal, quer para os serviços, e os indígenas usufruindo uma assistência de toda a ordem, que não sendo absolutamente perfeita, pouco se distancia daquela que gozam os indígenas das colónias limítrofes; é pelo menos mais humana. E nas mesmas podemos garantir, são inúmeros os funcionários não especializados, bellos auxiliares dos dirigentes, especializados ou não.

E tudo até hoje conseguido com o esforço e dedicação dos administrativos não diplomados, à parte alguns oficiais do exército, poucos, e três antigos diplomados com o Curso Colonial que não têm podido destacar-se muito entre maioria dos colegas.

E, convençamo-nos, muitos dos serviços na colónia de Moçambique, em nada deslustram o nosso nome colonial, apesar da colaboração, nos mesmos, dos não diplomados.

Os especializados fariam melhor obra?

Assim o cremos, pelo menos assim deve ser, mas como até hoje não afluíram a Moçambique, infelizmente, em número como seria para desejar, técnicos que por cá deixassem vincada a sua acção, justo é ir dispensando alguma consideração à obra feita, só podendo ser verdadeiramente apreciável por quem a tenha seguido de há 30 anos para cá.

Ainda há poucos meses ouvimos dizer a um distinto funcionário desta colónia, queremos referir-nos ao Sr. Capitão Ferreira de Carvalho, Governador do Distrito de Quelimane, por todos tido como criatura inteligente, observadora e desempoeirada, sabendo o que quer, com qualidades, enfim, habitualmente pouco reconhecíveis em funcionários categorizados, do que é prova o seu progressivo governo, depois de uma viagem de algumas centenas de quilómetros pelo Protectorado do Nyassaland, que, do observado durante a mesma viagem, chegara à conclusão de que, na generalidade, nós tínhamos melhor obra e mais fariamos se dispuzessemos de idênticos recursos. E note-se, o mesmo distinto funcionário em todo o distrito que governa, só dispõe, além do pessoal de saúde, de 2 engenheiros, de um regente agrícola, de um condutor de obras públicas e de três ou

quatro oficiais, de pessoal não diplomado, espalhado por 12 circunscções e 2 concelhos.

Isto deve convencer de que os funcionários não diplomados, quando superiormente orientados são elementos de valor, e os desta colónia, por circunstâncias várias, na sua maioria, aqui encontraram a sua segunda pátria, pela qual patriótica e desinteressadamente se sacrificam, mais do que certas criaturas que, em curtos estágios na colónia, pesando muito nos orçamentos, só conseguem complicar serviços aos quais pretendem imprimir certa orientação que exige dos orientadores qualidades que quasi sempre não mostram, concorrendo assim, mais do que aqueles, para o descalabro administrativo que todos apontam e criticam, mas que infelizmente, até hoje, ninguém de estofa invulgar conseguiu modificar, pelo menos de forma duradoira.

Admiramos com o Sr. Capitão Caria aquilo que do esforço colonial da Bélgica temos conhecimento, mas há a admitir que quando Leopoldo II viu em 1884, na Conferência de Berlim, os seus esforços de 8 anos coroados pela criação do Estado Independente do Congo, teve de improvisar a engrenagem burocrática do novo Estado e este facto, para a Bélgica protectora, sem tradições coloniais além de algumas resultantes das afinidades de vizinhos com os holandeses, deve ter representado uma dificuldade imensa, tendo que servir-se durante muito tempo dos elementos de que dispunha, não especializados, revelando-se afinal, influenciados pela acção de um génio, óptimos agentes para as fundações da grande obra colonial que é hoje o Congo Belga.

Nas colónias dos outros países deve ter-se dado evolução mais ou menos idêntica.

Entretanto, pelo conhecimento que temos da organização de alguns serviços das colónias limítrofes de Moçambique é sem receio que afirmamos haver muito nelas, como nas nossas, só para estrangeiro ver, reproduzido em revistas e compêndios didácticos, para socego dos puritanos.

E porque não atribuir aos outros povos coloniais certas deficiências também?

Que mal nos faz fecharmos os olhos áquilo que possuímos de bom ou sofrível, quando não estamos aptos a, por enquanto, fazer muito melhor, uma obra genuinamente portuguesa, independente de escolas estrangeiras.

E agora para terminar, uma referência ou melhor um esclarecimento ao facto apontado no fim do artigo do Sr. Capitão Caria, levado pela maldade tropical aos ouvidos do mesmo senhor, completamente anedótico e que, esclarecido, de forma alguma pode levar à exagerada conclusão pretendida.

Queremos referir-nos ao concurso para funcionárias do quadro administrativo referido no mesmo artigo e que deve ter-se realizado em Lourenço Marques. O que deu origem à anedota foi mais a maldade de criaturas que de tudo fazem espirito, do que o lapso do candidato.

O ponto constava de um registo de casamento «in artículo mortis». O candidato ia vendo o registo; na altura de citar a apresentação da certidão de óbito do falecido marido da nubente, viuva portanto, citou a nome do próprio nubente em vez de citar o do falecido, lapso aliás bem perceptível e até certo ponto justificável num exame, circunstância em que nem todos podem manter a necessária presença de espirito.

Como com tudo se faz espirito agarraram-se maldosamente ao caso para ferir o quadro administrativo, como se este devesse ser aquilatado por alguns dos seus maus elementos.

Assim, nada têm pois a ganhar em Moçambique as meninas levianas a quem as Parcas queiram pregar a partida de impedir uma justa reparação, antes pelo contrário terão aquelas que continuar a entregar-se às irmãs gémeas destas, as Angústias.

* * *

Agora, sem do facto querermos insinuar conclusões contraditórias que levariam longe:

Não chegou também aos ouvidos do Sr. Capitão Caria ter, o único concorrente diplomado com o antigo Curso Colonial, ficado reprovado?

Morrumbene, 23 de Junho de 1931.

N. R. — Do Sr. Capitão A. Caria a quem demos, como era natural, conhecimento deste artigo, a que vai responder, recebemos o seguinte esclarecimento que não queremos deixar de publicar:

“Unicamente no intuito de informarmos os nossos leitores diremos que o funcionário a que se refere o articulista, na parte final do artigo, é o Sr. Spinola, natural da Índia portuguesa, que há mais de quinze anos desempenha o lugar de Secretário de Circunscção na Colónia de Moçambique e é diplomado com o antigo Curso de dois anos. Com o mesmo Curso, é diplomado o Sr. Joaquim Nunes, Inspector das Circunscções, membro do júri que reprovou o Sr. Spinola e que é, incontestavelmente, um dos funcionários mais distintos da Colónia. O mesmo curso colonial de dois anos tinha o falecido político Dr. Álvaro de Castro, que foi Governador Geral de Moçambique.

Diplomado também com o antigo curso colonial, é o Sr. Delfim Costa, funcionário do Ministério das Colónias, antigo deputado e vogal eleito pela Colónia ao Conselho Superior das Colónias, lugar de que chegou a tomar posse graças ao mesmo Curso. A habilitação mínima exigida para a matrícula no antigo curso de dois anos, era o quinto ano dos liceus, sendo os funcionários do Ministério das Colónias dispensados dessa habilitação. Para a matrícula no actual Curso Superior de quatro anos é necessário, pelo menos, ter o curso completo dos liceus (letras ou ciências).”

Milho

O sr. Ministro das Colónias está estudando activamente o problema creado pela baixa de cotação do milho.

A data da saída da nossa revista devem estar publicadas as medidas tendentes a acudir ao importantíssimo problema sob a forma dum poderoso auxílio aos comerciantes de Angola — auxílio para que contribuem o Estado e as empresas transportadoras.

INDÍGENAS



Um batuque em Timor

ANALIZEMOS agora o consumo. Tem este aumentado, passando de toneladas 300.000 em 1920 para 785.000 em 1929, enquanto que a produção está em 1929 em 820.000 toneladas.

Dir-se-á que pequena é a diferença, comparando os números atrás indicados.

Mas há um outro factor que ainda não foi mencionado e que pesa de modo sensível.

É a produção de borracha pelos nativos das Índias Neerlandesas.

Para estes, analfabetos em questões económicas, desde que o preço seja remunerador, colherão desequilibrando o prato-oferta da balança económica visto que se calcula que podem levar a sua produção ao triplo.

Se o preço não for convidativo, abandonam a colheita e fixarão a sua actividade noutros produtos necessários à sua existência, tanto mais que a cultura da borracha é alternada com as do chá, café e tabaco.

É, pois, o actual preço baixo, útil para o consumo e, até certo ponto, útil para a produção.

Assim, em presença da vantagem ou até mesmo necessidade de um preço de custo baixo para o equilíbrio económico da borracha, várias soluções se apresentam.

Vejamos quais são:

a) Diminuição da produção pelo abandono das plantações, ruínas pelo preço baixo inferior ao custo mínimo da cultura?

b) Tendo a crise um reflexo no desemprego, terá este a força para impôr aos principais países plantadores uma restrição geral de produção?

c) Baixarem os plantadores o custo da produção, adoptando uma directriz de economia na administração e mão d'obra, eliminando os gastos de luxo ou aumentando mais ainda a onda láctea, quer por incisões, quer por enxertias?

d) Ou procurar-se o desenvolvimento do consumo?

É o primeiro caso baseado na crise deste produto e não representa solução, pois seguido ele, mais ainda se agravaria a crise mundial, pela repercussão financeira que por certo tinha.

Quanto ao segundo, ainda menos, pois além de problemático, seria entregar ao factor político, este caso económico.

Será, quanto a mim, a não surgirem produtos sintéticos, pelo baixo e mínimo custo de produção — quasi igual ao que é actualmente — e por um possível aumento de consumo que se poderá resolver a crise actual deste produto.

Podendo produzir-se barato, só difficilmente aparecerão capitais para novas plantações e a borracha colhida pelos nativos orientais será mínima.

Alegar-se-á que é difficil a sua applicação; aguardemos o que responde praticamente Dunlop à afirmação de que poderia produzir borracha a um preço «revolucionário», não falando na tentativa do Ford que parece, segundo consta, ter falido.

O aumento do consumo, por outro lado, torna-se tão necessário quanto é certo que os estudos científicos sobre a técnica de sangrias e sobre a coagulação do latex e a sua transformação em folhas, a selecção de sementes e a enxertia metódica das heveas deram a uniformização quasi absoluta das gomas em cada qualidade, em proveito da unificação da fórmula de mistura, resultando a baixa de custo de produção; também o rendimento da borracha foi largamente melhorado, dando hoje as sangrias 150 grs. de latex em vez de 20 ou 30 anteriormente.

Além disto, reconheceu-se que as melhores borrachas manufacturadas provêm, não da matéria prima mais pura, mas da mistura de «pigmentos» que melhoram não só a qualidade, mas também o seu rendimento. Pela intervenção da química, conseguiu-se lutar contra o envelhecimento da borracha e a sua duração foi triplicada.

Há ainda a notar que a utilização dos restos da borracha deu a esta indústria novos horizontes.

Seria, pois, o aumento de applicação um compensador destes factores que tendem à diminuição do consumo.

E se juntarmos a estas razões técnicas as económicas — afrouxamento de consumo e a super-produção — compreender-se-á a doença que, em 1931, sofre o mercado da borracha.

Os Estados Unidos — principal consumidor — adquiriu no 1.º trimestre de 1930, 223.000 toneladas, contra 269.000 no mesmo período de 1929 e os stocks no Mundo passaram de 178.459 toneladas, fim de 1929, para 257.192, em Junho de 1930.

A crise automóvel, que já em 1930, ocasionou uma diminuição de 500.000 automóveis americanos explica de um modo bem claro o desequilíbrio económico que actualmente passa a borracha.

E sendo o aumento de consumo uma das soluções deste grave problema, como conseguiu-lo?

Solucionando a crise mundial.

A esta onda avassaladora a que nenhum país, novo ou velho, resiste, como vimos, ligam-se bases positivas.

A Borracha

Sua situação nos mercados mundiais

Por

ANTÓNIO TÔRRES DE SOUZA

Aluno laureado da Escola Superior Colcinal

II

A primeira, o factor económico, solucionava-se em grande parte pela supressão ou abaixamento das barreiras alfandegárias e na revogação da política — figurino Monroe — que os Estados Unidos feroz e egoisticamente têm em vigor.

A segunda, o factor político, está tão intimamente ligado ao anterior, que não será arrôjo pensar que resolvido êle, este não seria de difficil solução.

A terceira, o factor financeiro, não pode também deixar de estar directamente dependente dos U. S. A. — credores da maior parte dos países da Europa — possuidores das 3/4 partes do ouro existente no Mundo, além da imperiosa necessidade de todas as Nações moralizarem as suas respectivas finanças.

Melhorada a crise universal, aumentava o poder de compra de todos os países e medidas de desenvolvimento económico seriam, por certo, postas em prática.

Entre estas, conta-se a abertura de novas estradas o que traria um aumento considerável de automóveis — sobretudo pesados — e assim um correspondente progresso no consumo de borracha.

O que é um facto, é que a cotação actual da borracha, a manter-se, não estando os plantadores em condições de resistirem, trará o abandono sucessivo da maior parte das plantações e então... será a ruína.

Aguardemos, pois, que os Estados Unidos, onde, se a economia progride, o gosto pelo prazer aumenta muito mais rapidamente, reconheça que pelo seu excesso de proteccionismo estão arriscados a comprometer a harmonia social da sua população, ameaçando o seu futuro.

Não esqueçamos que o Mundo económico é governado por forças — invenção, aparição de novas necessidades, criação de novas indústrias — que tendem incessantemente a deslocar o seu centro de gravidade; sob a protecção da lei da oferta e da procura, um novo equilíbrio se estabelece.

É a luta eterna das actividades para a realização da Harmonia.



Vejamos agora o que se passa com a borracha nas nossas províncias ultramarinas.

Dentre estas, a única que merece referência é Angola.

Todas as outras não contam este produto como um valor económico a considerar.

A colheita da borracha chegou a representar em Angola um grande volume que bastante pesava no seu rendimento, pois chegou nalguns anos a ser quasi o seu único artigo de exportação.

Assim:

Em 1891—Exportação.	1.855 tons. no valor de 1.475.000\$00
" 1899— "	2.288 " " " " 2.364.000\$00
" 1901— "	2.294 " " " " 3.050.000\$00
" 1906— "	2.002 " " " " 3.173.000\$00
" 1911— "	2.457 " " " " 2.986.000\$00
" 1916— "	1.976 " " " " —\$—
" 1920— "	731 " " " " —\$—
" 1926— "	204 " " " " —\$—
" 1928— "	41 " " " " 189.000\$00

Pela estatística acima, vê-se que depois de 1911 a diminuição do valor exportado acompanha a baixa de cotação que a borracha sofreu no mercado mundial.

Além disso, a sua qualidade inferior — a maioria é colhida nas raízes d'ervas que nascem espontaneamente — não a cota como necessidade da indústria manufactureira.

Os indígenas já hoje pouco colhem por o preço não ser remunerador e por essas raízes ficarem longe das regiões da venda

(Conclue na pág. 18)

DA IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

em Madagascar nos fins de 1929 não se deve somente a causas exteriores, tais como a redução em todo o mundo da produção industrial e o enfraquecimento das disponibilidades dos países compradores. Ela deve-se também ao defeituoso acondicionamento de certos produtos que a Grande Ilha exportava no momento em que os mercados exteriores abundavam e os preços eram excepcionalmente elevados. Teria sido prudente, pelo contrário, na época em que todos os géneros eram facilmente adquiridos, ter existido a preocupação que de tal situação terminaria porque os stocks de antes da guerra estavam reconstituídos, uma readaptação da produção e do comércio às condições normais impunha-se.

Esta readaptação torna-se hoje mais difícil em virtude de certos mercados do Extremo-Oriente e do Novo-Mundo se encontrarem praticamente fechados à produção de outros países. Uma severa disciplina se impõe aos produtores que desejam consolidar as suas posições. Não há mais lugar nos mercados mundiais para os produtos mal preparados, destinados a reservar surpresas desagradáveis aos compradores longínquos. É preciso reconhecer-se que os exportadores não estão suficientemente educados nem são bastante previdentes para praticarem eles próprios o controle necessário. Eis a razão porque em Madagascar, como em outros países, os poderes públicos foram levados, em reconhecimento à excelência de certas marcas regionais, a regulamentar como medida de carácter geral o acondicionamento e a seleção dos produtos destinados à exportação.

A Portaria de 6 de Novembro de 1930, pondo em vigor o decreto de 13 de Junho de 1929, publicada pelo Governador Geral Cayla de acordo com as Câmaras de Comércio, as Delegações

A Standardisação

Transcrito da

“Revue Internationale des
Produits Coloniaux,”

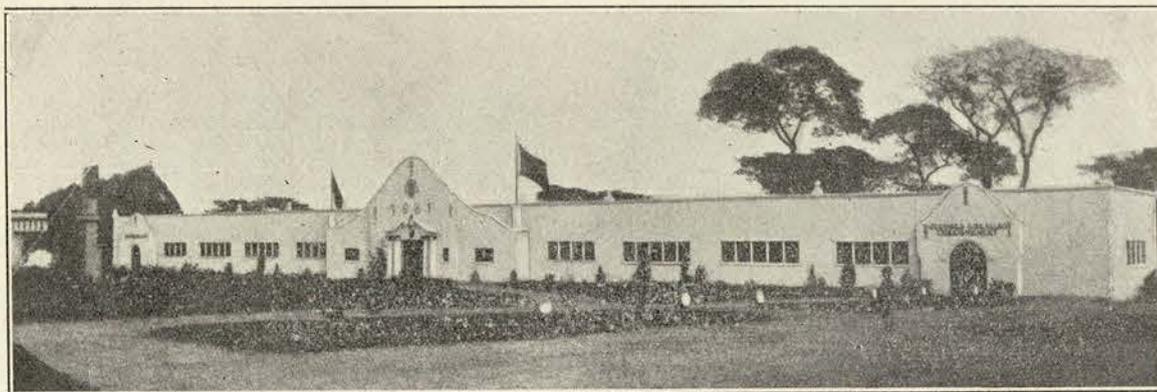
Julho de 1931

Económicas e Financeiras e o Conselho do Governo, instituiu um regime da *standardisação* dos produtos naturais e industrializados destinados à exportação; foram submetidos a esse regime o arroz o milho, a mandioca, a tapioca, o café, a baunilha, o cravo da Índia, a ervilha do Cabo, a rafia, a cera, os coiros, as peles, a banha, as grafites e a copra. Os quadros anexos ao referido decreto especificam, para cada produto, as características que devem reunir os diversos tipos admitidos à exportação e as condições de embalagem abrigatórias.

É bom observar que os produtos acima referidos não serão todos submetidos ao mesmo tempo ao novo regime, o Governador Geral reservou o direito de ir aplicando escalonadamente a *standardisação*, tendo em atenção as condições de produção de cada produto, a situação dos mercados e as práticas comerciais. A administração pública resolveu, com efeito, não restringir a liberdade de exportação senão naqueles produtos em que o interesse geral assim o aconselhasse. Ela teve, por outro lado, o cuidado de adoptar uma classificação que satisfizesse tanto quanto possível as características exigidas pelos mercados consumidores.

A primeira aplicação deste novo regime em Madagascar foi levada a efeito depois de 15 de Maio último (1931), a *standardisação* abrange de início somente os seguintes produtos: — o arraz, o milho, o café, os coiros e peles, a banha, a cera e a ervilha do Cabo. A experiência demonstrará a utilidade das medidas tomadas e as modificações que for preciso efectuar. Repartições de *standardisação* foram creadas; elas são administradas pelas Câmaras de Comércio e funcionam debaixo do controle do Estado. Uma comissão central coordena a sua acção. Nenhum dos produtos referidos pode sair da Colónia sem uma prévia verificação feita por peritos agregados às repartições e depois de desempeidos pela Alfândega os certificados *standard*. Os peritos encarregados da verificação são nomeados pelo Governador Geral sob propostas das Câmaras de Comércio.

Exposição de Elizabethville



O Pavilhão de Angola

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

PARA conseguir o equilíbrio do Orçamento de Angola, numa época de profundo desequilíbrio económico em todo o mundo, o sr. Ministro das Colónias resolveu tomar e impôr-nos, uma série de medidas que directamente, com a velocidade de uma seta, atingem, por assim dizer o enfraquecido coração desta Colónia.

Mesmo os países de formidável desenvolvimento, onde o aproveitamento das suas riquezas atingiu o máximo esplendor, — e é o caso da América do Norte e é o mesmo caso da Inglaterra, — tiveram este ano de fechar os seus orçamentos com *deficits*, cujas cifras quasi nos estonteiam.

Os E. U. A. não conseguiram evitar um desequilíbrio orçamental de alguns milhões de dollars. Na Gran-Bretanha, o seu último orçamento fechou com um *deficit* de 23 milhões de libras. O *deficit* orçamental da Alemanha sobe a 700 milhões de marcos. O da África do Sul a 780.000 libras.

Se, nestas grandes nações, o mal se não pôde evitar, apesar dos larguíssimos recursos de que dispõem, não seria vergonha para Angola acamaradar, na devida proporção, com tão boa companhia.

Mas nós não queremos, nem aliaz podemos, discutir a orientação adoptada pelo sr. Ministro das Colónias. Estamos perante factos consumados: conseguiu-se estabelecer o equilíbrio orçamental de Angola, e para isso agravaram-se bastantes impostos; agravaram-se também as pautas; criaram-se novos encargos; reduziram-se os vencimentos aos funcionários; diminuíram-se-lhes regalias fundamentais e suprimiram-se-lhes algumas outras.

É perante a realidade destas medidas que nos temos de pronunciar.



O sr. Ministro das Colónias, se não teve tempo bastante para percorrer e conhecer toda esta Colónia, coligiu entretanto os seus elementos, estudou as estatísticas, fez o seu estudo e chegou à conclusão que temos à vista.

Mas, ao decretar as medidas drásticas que resolveu adoptar, estamos bem convencidos de que conhecia suficientemente a situação económica de Angola para avaliar a incomportável soma de sacrificios que resolveu exigir do comércio, da agricultura, da indústria — e agora do funcionalismo.

Mais certos estamos ainda de que Sua Ex.^a, para proceder assim, com uma decisão que tem todas as características de um raio fulminante, — contou acima de tudo — e sempre! — com aquele incomparável patriotismo dos portugueses que vivem nesta Colónia. E, nessas condições, convictos, como estamos, de que, sob essa base, é que S. Ex.^a tão livremente agiu e procedeu, nós não podemos regatear-lhe todos os louvores, todos os elogios, — os mais sinceros e os mais entusiásticos.

Com efeito, os colonos portugueses de Angola sentem bem que as medidas decretadas pelo sr. Ministro das Colónias representam, para muitas actividades, e para todos os lares, a ruína completa; a destruição de toda uma vida de trabalho; a autentica miséria; o sacrificio levado ao extremo.

Mas sabem igualmente, e do mesmo modo, que o futuro de Angola — colónia essencialmente portuguesa e por isso mesmo Colónia-Mártir, — representa hoje para o País um gravíssimo problema internacional.

Move-se contra nós, no estrangeiro, uma campanha surda, mas tenaz, dura e cruel. Na próxima reunião da Sociedade das Nações, em que se fará a revisão dos mandatos coloniais exercidos por outras Nações, é bem de recear que outros mandatos sejam impostos, com aquela subtilidade de argumentos que a diplomacia

inventou para expoliar os fracos, — dos quais não reza a História.

Creemos estar no campo da verdade, afirmando bem alto que o nosso futuro e a nossa vida dependem, neste momento, do procedimento que tivermos em Angola.

Concretizando melhor: se o Governo Central entende que a nossa situação internacional exige os sacrificios que nos são impostos. — todos nós temos o dever patriótico de os aceitar, dentro da ordem mais absoluta, com o acatamento estoico de quem não ignora o que, neste momento decisivo, pode valer, e pode representar, o modo como nos sobermos conduzir e comportar.

Nunca, como agora, se impôs ao nosso dever e ao nosso patriotismo, a obrigação de sofrer e de calar, — a obrigação de não dar a ninguém o direito de nos julgar incapazes de contribuirmos, em quanto em nossas forças caiba para salvar o futuro desta Colónia.

Os colonos de Angola — ninguém o duvide! — são neste momento, compelidos a desempenhar um alto papel histórico. Procuremos, dentro da razão e dentro da verdade, conseguir que porventura sejam atenuados os rigores das novas leis, especialmente porque oferecem o grave perigo de destruir toda a nossa vida económica e esgotar, portanto, — ao invés do que se tem em vista, — toda a riqueza pública e particular.

Ponhâmos, porém, os nossos interesses completamente de parte. E ergamos bem alto os interesses da Pátria, que estão em jogo.

Sejamos os sacrificados desta dolorosa situação. Mas não sejamos mais do que isso!

Calma! Muita calma.
Suportemos todos os sacrificios
Calemos fundo as nossas dores.
Entremos na nossa hora de penitencia!
Mas sejamos portugueses!
E... Viva Angola!

Orçamento de Angola

O sr. Ministro das Colónias concordou com a proposta do Governador Geral de Angola mantendo no actual ano económico os subsídios de família e renda de casa aos funcionários da Colónia desde que as economias a fazer no respectivo orçamento sejam equivalentes às verbas que são necessárias para a manutenção daqueles subsídios.

CARLOS SELVAGEM

Carlos Selvagem que é, além dum grande nome na literatura portuguesa contemporânea também um dos valôres coloniais de mais relevo da nova geração começará brevemente a colaborar na “Portugal Colonial.”

De Inhambane onde exerce o alto cargo de Governador vai enviar-nos uma série de artigos que devem interessar vivamente os nossos coloniais — especialmente os de Moçambique.

A BORRACHA

Sua situação nos mercados mundiais

(Conclusão da pág. 15)

Parece-me, assim, que procurar as suas possibilidades económicas nas nossas províncias ultramarinas quando temos outros produtos que bem melhor merecem a nossa atenção, será desperdício de tempo, capital e boa vontade.

Estando a borracha com uma cotação excepcionalmente baixa, havendo, como há, super-produção e afrouxamento de consumo, tendo este produto estudos agronómicos perfeitíssimos e necessitando, como já vimos, de uma organização modelar, julgo não haver possibilidades práticas de tentar o seu desenvolvimento nas nossas colónias, pelo menos, nas condições actuais do mercado.

Além do que, só procurando aclimatar a hevea ou outra qualquer de boa qualidade poderíamos talvez pensar em competir no mercado mundial, pois um dos factores que mais contribui para o desenvolvimento de uma indústria é, sem dúvida, a perfeita e constante igualdade da matéria prima de que ela necessita, verdade esta que tanto esquecemos.

Estando as nossas províncias ultramarinas, sob uma crise económica, — de graves consequências financeiras — não será esta a ocasião para se perderem iniciativas em plantações de produtos — como a borracha — que se não dessem prejuízo, o que se duvida, pelo menos lucro não dariam para pagar o juro do capital empregado.

Estando, como está, a taxa de desconto, na Metrópole, a 7 %, só aplicações de seguros e garantidos interesses económicos e financeiros, senão imediatos pelo menos futuros, com colocação na Metrópole ou certa venda no mercado universal deveremos, na minha fraca opinião, procurar.

Continuemos, pois, deixando os indígenas colherem esse produto na tendência natural dos seus interesses e necessidades, reservando a nossa atenção cuidada para outros produtos que a merecem e para que assim Portugal aproveite a vantagem que lhe resulta da baixa cambial.

A cultura do algodão nas colónias

Dos jornais transcrevemos:

LONDRES, 11 — O comércio do algodão do Lancashire sofreu grandes prejuízos com a queda do preço do algodão para 3,64 cada libra, sendo esta a cotação mais baixa registada desde há 31 anos. Esta baixa é consequência da surpreendente avaliação da colheita do algodão americano. Além da colheita da estação, que segundo se espera dá 15 milhões de fardos, existem em *stock*, de várias colheitas, 9 milhões de fardos, nos Estados Unidos e noutros sítios. Os *stocks* de algodão na Inglaterra devem atingir quasi 1 milhão de fardos, atendendo a que o valor da baixa atinge cerca de 1.500 mil libras. — (Havas).

Consta-nos que alguns agricultores coloniais, principalmente de Angola, estão na intenção de abandonar a cultura do algodão em virtude da baixa cotação deste produto não permitir a sua cultura, em condições económicas. É urgente encarar a sério este problema que nos leva para o estrangeiro anualmente mais de um milhão de libras. A fórmula seria talvez proteger a cultura do algodão nas colónias da mesma forma que se está protegendo o açúcar.

O aumento de 1 escudo, por quilo, nos direitos do algodão americano resolveria possivelmente o problema agora que aos industriais de tecidos, se está criando, justamente, uma situação de favor nas colónias, evitando-se assim o abandono das culturas, o que será um facto, se medidas rápidas se não tomarem.

Sua Ex.^a o Sr. Ministro das Colónias certamente não deixará de promover as providências necessárias para uma boa resolução deste importante problema a que a *Portugal Colonial* tantas vezes se tem referido.

"Portugal Colonial"

O número 7 da nossa revista, a sair no próximo mês de Setembro, será um número especial consagrado à Exposição Colonial Internacional de Paris.

Em cerca de 100 páginas profusamente ilustradas e reunindo a melhor colaboração do país, levaremos ao grande certame mundial mais um valioso elemento de propaganda do nosso esforço colonial, da nossa capacidade de colonizadores e da nossa cultura.

O Orçamento de Angola

O *Essor Colonial et Maritime* publicou um artigo muito detalhado sobre o orçamento de Angola, no qual, depois de referir os termos em que o mesmo foi equilibrado acrescenta:

"O equilíbrio das previsões orçamentais está pois alcançado, e poderia ser realizado.

É inútil dizer que não foi com um entusiasmo vibrante que os funcionários do Estado em Angola acolheram medidas tão draconianas! Estes devem contribuir para o sacrifício comum com mais de 15 milhões de escudos! Angola, todavia, tinha funcionários em excesso e as suas despesas administrativas excediam as suas possibilidades.

Os particulares são atingidos na nova legislação dos impostos e das alfândegas; é muito possível que estes vendo as reduções alcançadas nas despesas improdutivas suportem mais facilmente os seus encargos.

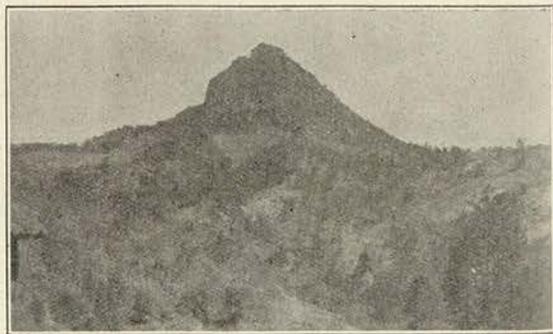
No actual estado de cousas parece-nos bem que era a única maneira de agir; quem sabe se o Governo não espera provocar demissões nos quadros sobrecarregados do funcionalismo público.

O orçamento administrativo duma colónia deve ser elaborado em função directa do seu rendimento económico; este princípio tinha sido esquecido em Angola.

Os sacrifícios exigidos a todos são duros mas se fôr seguida a mesma política, depois da crise, evitando-se todas as despesas supérfluas, certamente a economia de Angola conhecerá dentro em breve dias melhores.

Os produtores e a colónia serão os grandes beneficiados. Assim avaliadas pela metrópole, poder-se-ão então conhecer os excedentes das receitas e o seu investimento em despesas produtivas será um facto em vez de serem gastas no aumento de cargos administrativos.

TIMOR



Montanha junto à nascente de águas sulfurosas de Maróbo Grande manancial de águas quentes com aplicações terapêuticas

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês

INTRIGAS COLONIAIS

A exiguidade numérica da população europeia nas colónias favorece extraordinariamente a criação e o desenvolvimento de tôdas as intrigas. É a intriga passa a ser uma doença social tão endémica como as doenças biológicas próprias do clima — uma espécie de impaludismo das sociedades.

Para a evitar, reduzir ou remediar não há senão, por parte dos governos, a política superior de desinteressar pelas coscovilhices coloniais — por parte dos colonos (os que vivem muito mais do seu trabalho do que das suas calúnias — os verdadeiros colonos) a desconfiança sistemática e preconcebida contra tudo quanto se diz, quanto se afirma, e não se prova.

O homem que ouviu dizer, o intriguista que faz seguir uma calúnia, o boateiro que engorda e transmite um boato, o espertalhão que só encontra explicações torpes para tôdas as atitudes e tôdas as medidas, são os mosquitos, os transmissores dêste impaludismo social.

Do seu veneno resultam a intranquilidade, a agi-

tação, a desordem, a desconfiança, emfim, todos os agentes de degenerescência das forças activas e organizadoras duma sociedade. Dêle sofrem, mais do que ninguém, e em última análise, os homens sinceros que lhes dão ouvidos.

Colonos que trabalham, coloniais que valem e produzem, gente de fé, de actividade e de amor que vive nas colónias! vós que sois a maioria, que sois os melhores, passai a exigir a prova de quantas vilanias vos trouxeram aos ouvidos êsses homens que apenas vivem da vossa intranquilidade e da vossa agitação. Fazei-o e vereis como a intriga esmorece, vereis como o ambiente se depura, vereis como muitas das vossas dificuldades desaparecem.

E que diabo! Se não acreditais em certos homens — e com razão porque os conheceis — para que haveis de acreditar no que êes dizem?

Se êles o dizem — que valor podem ter dizeres de gente que, no fundo, se despreza?

H. G.

Notas do mês

Recordações históricas

Com a derrota de Alcácer-Kibir inicia-se para a colonização portuguesa um período de tristes e funestas conseqüências, que ainda mais se agrava com o domínio filipino que, poucos anos depois, se segue.

Com intuitos mais políticos que verdadeiros, prometeu Filipe II que Portugal viveria ao lado de Espanha. A ser assim a obra colonial portuguesa manter-se-ia e quiçá talvez se desenvolvesse com a nova política...

Infelizmente para nós Felipe II não manteve a sua promessa; a isso se opunha tenazmente a política unificadora dos Reis Católicos.

E assim os recursos necessários para manter, reforçar, o nosso então enorme poderio ultramarino seguiram outro caminho: foram ajudar a sustentar a triste política do primeiro Rei estrangeiro em terras portuguesas.

Para a Invencível Armada contribuiu Portugal com 10 galeões, 2 zavras, 1.300 marinheiros, 3.300 soldados e 300 canhões.

Com a derrota formidável desta Armada perde Portugal a maior parte senão quasi todo o seu poderio naval. Iam ficar abandonadas as nossas Colónias. Então, como hoje, uma boa marinha de guerra era condição indispensável para defender um grande Império colonial dos seus numerosos inimigos internos e externos. Os inimigos de Espanha aproveitam a nossa fraqueza e caem como famintos sobre as nossas colónias.

No Oriente, em Angola e no Brasil, por tôda a parte emfim, todos tentam espoliar-nos do que nos tinha levado tanto tempo a descobrir e conquistar.

E enquanto isto se passava Felipe IV indiferente e pensando só na Espanha, levanta quatro regimentos em Portugal para seguir para a Flandres e mais dois terços organizados nos Açores e Madeira, com bastantes navios portugueses, entre os quais o galeão Santa Tereza, a nossa maior unidade naval de então.

Entretanto no Brasil os nossos Capitães resistiam heróicamente aos holandeses, repelindo-os e derrotando-os.

Mas surge 1640: Portugal recobra a sua Independência e abre-se uma nova fase, na nossa vida colonial. Tendo nós que nos defendermos na Península e de reconquistarmos as colónias, perdemos no Oriente longínquo.

Em Angola Salvador Correia expulsa os holandeses; no Brasil conseguimos também fortalecer a nossa posição. Envolvidos nas Guerras Napoleónicas por fidelidade à Inglaterra, que nunca nos compenhou suficientemente da enorme ajuda que então lhe demos na luta contra Napoleão, um pouco deixámos entregue a si mesmo o nosso grande Império Colonial. D. João VI vai para o Brasil e após a sua volta a nossa antiga Colónia começa a ensaiar os primeiros passos para a sua completa independência. Seguem-se as guerras liberais. Floresce então entre os nossos políticos liberais um pensamento anti-colonial.

Assim o atesta o infeliz gesto de Lopes de Lima vendendo Solor...

Eis-nos chegados à Conferência de Berlim de 1885. Formação do Estado Livre do Congo à custa do nosso Congo e do Zaire que tanto nos custara a reconhecer.

A muito custo conseguimos conservar a margem direita e o enclave de Cabinda.

A seguir a esta Conferência, Portugal retoma de novo a sua acção colonial.

Exegia-se a occupação efectiva dos territórios coloniais e nestas condições urge ocupar mais e mais a fim de evitar novas expropriações.

Estamos na época do mapa côr de rosa. A ligação de Angola e Moçambique por terra tentava-nos. O *Ultimatum* de 1891 acorda-

-nos desse sonho e mais uma vez, à força, temos que abandonar territórios que nos pertenciam por direito próprio.

Após o *Ultimatum* inicia-se a época brilhante dos nossos grandes coloniais modernos. Mousinho e António Enes em Moçambique, Eduardo Costa, Couceiro e João de Almeida em Angola, são os grandes precursores do nosso actual e presente ressurgimento colonial.

Antes da guerra e após ela o nosso ressurgimento colonial é um facto. Cegos são os que o não querem reconhecer. Angola desenvolve-se extraordinariamente: estradas e caminhos de ferro, cidades e povoações por toda a parte surgem, em todas as nossas colónias. No presente e no futuro, estamos certos, essa obra continuará, agora que nos parece já impossível de deter a marcha triunfante da nossa expansão colonial.

Factos seguros se estão dando que nos indicam claramente que o desenvolvimento do nosso Império Ultramarino vai ser uma realidade: a nossa marinha de guerra está em vésperas de se tornar nalguma coisa digna desse nome e de todos nós e, sempre, em todos os tempos, ao ressurgimento do nosso poderio naval correspondeu um maior desenvolvimento do nosso Império ultramarino, impossível agora na extensão, mas possível sem dúvidas num melhor aproveitamento político e económico do que ainda possuímos. E então a formação do Império Português — Metrópole e Colónias — deixará de ser uma utopia para se tornar uma realidade.

Lobito e o Caminho de Ferro de Benguela

Extracto do discurso de Sir Henry Birchenough, na A. G. ordinária de Rodésia Railways Trust Ltd., realizada em Londres em 30 de Julho de 1931:

O Caminho de Ferro de Benguela, que atravessa a Colónia portuguesa de Angola, foi recentemente ligado às linhas ferro viárias do Congo Belga e Elizabethville, centro mineiro do distrito de Katanga do referido Congo, está actualmente em comunicação directa com o Lobito (Costa Ocidental de África), por via férrea.

É ainda demasiado cedo para se vêr até que ponto esta nova comunicação irá afectar o tráfego de passageiros e mercadorias procedentes dos portos da União e da Beira com destino ao Congo e vice-versa, o qual até aqui era feito pelas nossas linhas. Alguma mudança há-de forçosamente operar-se.

A situação está sendo cuidadosamente estudada pela Administração dos nossos Caminhos de Ferro, que não deixará de fazer tudo quanto ao seu alcance estiver para, tanto quanto possível, evitar que esse tráfego caia em mãos alheias.

Alguns anos atrás a eventual concorrência da linha do Lobito no tráfego do Congo Belga era vista com um tanto ou quanto de inquietação, mas a descoberta e abertura que depois se fez de minas de cobre de alta importância na Rodésia do Norte, modificaram por completo a situação e os nossos Caminhos de Ferro estão-se preparando convenientemente para o incremento natural do tráfego originado pela indústria mineira naquele território.

Acôrdo sôbre tarifas

As companhias de caminhos de ferro concluíram recentemente acordos de tarifas com a Rhokana Corporation Ltd., as Minas de Cobre Mufulira e as Roan Antelope Copper Mines, pelos quais essas companhias que são proprietárias ou administram a quasi totalidade das áreas reservadas à extracção do minério de cobre em exploração na Rodésia do Norte, tomam o compromisso de fazer todas as suas importações e exportações utilizando o nosso sistema via Mafeking ou Beira durante 15 anos, a partir de 1 de Outubro de 1931.

Este rendimento — estou certo de que V. S.^{as} serão da minha opinião — é muito satisfatório para a nossa Companhia, pois protege-nos durante bastante tempo contra a concorrência do Caminho de Ferro de Benguela no tráfego das empresas mineiras que operam na Rodésia do Norte.

Extracto do discurso de Sir Robert Williams na Assembleia Geral Ordinária na Tanganyika Concessions Ltd. realizada em Londres em 30 de Julho de 1931.

O primeiro embarque para o Lobito, de cobre procedente de Katanga

O primeiro carregamento de cobre de Katanga para o Lobito embarcou naquele porto em 25 de Junho, com destino a Antuerpia. Fizeram-se entendimentos preliminares com a Union Minière, para

serem embarcadas mensalmente pelo porto do Lobito 4.000 toneladas de cobre e matte (?)

Como já afirmei, a route Benguela poupa 3/6 semanas no tempo que decorre entre o embarque do cobre nas minas e a sua chegada à Europa em relação às outras routes existentes.

Pelos inumeros pedidos recebidos nos escritórios da C.^a dos Caminhos de Ferro em Lisboa e Londres, podemos dizer sem receio de desmentido que a nossa previsão no que respeita ao desenvolvimento do Lobito como o maior porto do Atlântico, em breve será confirmada pelos factos.

Além dos serviços *portugueses de navegação* de que dispõe o porto do Lobito, por elle fazem escala regular — de 12 em 12 dias — os navios belgas de correspondência procedentes de Anvers.

Os vapores das companhias de navegação inglesa, alemãs e italianas fazem também, frequentemente, escala por esse porto. Segundo consta, é intenção d'essas companhias estabelecerem ali dentro em breve um serviço regular de carreiras.

Embarque no Lobito

Em 1930 a tonelagem líquida de mercadorias embarcadas no porto do Lobito elevou-se a 1.114.798 tons. Se a compararmos com a de 1929 — 984.540 toneladas — teremos um aumento de 130.258 toneladas.

A Rodésia e a Beira contra o Lobito

Os caminhos de ferro rodésianos concederam importantes reduções de tarifas; as principais sociedades mineiras rodésianas assinaram um contracto no qual se comprometem a servir-se durante treze anos exclusivamente da rede ferro viária rodésiana. Este accordo garante o tráfego ao porto da Beira e aos caminhos de ferro da Rodésia pondo-os a coberto do perigo que para elles representa o caminho de ferro de Benguela.

Wankie fornecerá áquelas companhias todo o carvão e o coque necessário durante o mesmo período.

O cobre pagará de futuro 4 £ esterlinas em vez de 5 £ e 10 sheling, o carvão 20 sh. em vez de 22, as outras mercadorias, máquinas, etc., 8 £ em vez de 9.

A Rodésia do Sul, o caminho de ferro de Benguela e o porto da Beira

Do *Essor Colonial et Maritime*, de Anvers:

“Já dissemos aos nossos leitores qual era a opinião acerca do caminho de ferro de Benguela na África do Sul. Eis agora as reflexões pouco amáveis que a esse respeito publica o *Bulawayo Chronicle* de 3 de Julho:

“Se a Rodésia do Sul está satisfeita por ver realizada esta grande obra, não nos surpreenderá contudo que a sua satisfação seja diminuída por constatar que os outros progredem mais rapidamente que ela. O desenvolvimento do caminho de ferro de Benguela e o desejo dos belgas em terem um caminho de ferro com saída para o Atlântico, sem abandonar o seu território, tem uma significação cujo perigo não se torna necessário diminuir, para a Rodésia do Sul.

Não somente estas constatações mostram um progresso mais rápido que o nosso, mas elas constituem também a prova de que os povos do Norte se dirigem para Oeste e não para o Este. É natural, pois que é naquela direcção que se encontram os grandes mercados. Eis porque nós, não devemos perder de vista esta indicação. Cedo ou tarde, a questão deverá ser discutida seriamente e não deverá somente permanecer na esfera dos projectos.

Os reconhecimentos que actualmente estão prosseguindo tendo em vista a construção dum caminho de ferro em direcção a Wallis Bay farão, sem dúvida, precipitar os acontecimentos. A Rodésia do Sul pode ser considerada como o eixo da África Central, mas esta posição não lhe servirá para grandes coisas desde que os territórios vizinhos construam caminhos de ferro em direcção à costa, enquanto que nós estamos satisfeitos com um porto que não poderá nunca ser nosso e não pode ser atingido senão passando através dum território estrangeiro.

Este porto (Beira) é de resto situado numa má costa do continente africano, Quaisquer que sejam as razões que tenham existido no passado e os motivos que tem sido invocados para nada se fazer de novo, o desenvolvimento das comunicações nas outras regiões de África demonstram a necessidade de mudar de política e passar à acção. No momento em que os outros vencem as suas

dificuldades, é assaz fútil para nós contentarmo-nos em lamentar o facto sem mais nada fazer.

Nós devemos fazer como os outros e auxiliar-mo-nos mutuamente. Não só devemos fazer como os outros como deveremos fazer ainda melhor..."

A concorrência entre os Caminhos de Ferro da Rodésia e o de Benguela

Na reunião do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro da Rodésia, realizada o mês passado, sir Edmond David expôs o perigo que representa para essa empresa a conclusão do Caminho de Ferro de Benguela.

Acrescentou que tinham sido já firmados contractos com alguns centros mineiros do Congo Belga, para utilizarem os caminhos de ferro da Rodésia de preferência ao de Benguela.

Alguns desses contractos são por 15 anos, figurando nas suas cláusulas importantes reduções de tarifas.

A Exposição de Paris

Le Matin vem publicando uma série de artigos muito interessantes cheios de originalidade, sobre a exposição de Paris.

Pierre Humbourg reúne o agradável da fantasia à utilidade da informação sem aquele ar pesado e bafiento, tão vulgar em assuntos coloniais, em que os logares comuns e... colonialistas se comprimmem em longos períodos, que se olham, mas a maioria das vezes se não lêem.

A Exposição colonial desenvolve o gosto pelo turismo e pelo pitoresco, e até esta data foi já visitada por onze milhões de pessoas.

— Acompanhemos "Pierre Humbourg," numa rápida visita a exposição servindo de guia ao seu primo *à la mode de Bretagne* proprietário duma vinha em qualquer parte do meio dia da França, com mulher e dois filhos, desembarcados em Paris, para em três curtos dias percorrer *Le monde aux portes de Paris*.

— Eu quero vêr tudo! diz a prima Rosa.
— Como o mundo é grande exclama o primo!
— Grande como quê? pergunta, um dos petises.

À falta de termo de comparação imediata, recebe um sopapo. "Partimos, os cinco para a porta dourada," — Diz Pierre Humbourg — Chegamos sem novidade à margem do lago Daumesnil. Uma esquadriha de pirogas, as aboboadas das ponte e os pilares exóticos, reflectindo-se nas águas do lago fazem-nos recordar *Bénarés a santa*.

— Amanhã veremos tudo isto iluminado, disse-lhes eu, todos estes barcos e mastros, são envolvidos por uma carga de voltagem elevada e até as próprias pontes serão iluminadas.

Um dos rapazes queria vêr tudo iluminado, de repente, às dez da manhã.

Sentados nos bancos, comem socegradamente, as pessoas pre-videntes.

Uma família devora uma grande terrina de coelho guisado. Os grandes viajantes sabem que, com o estomago vazio, não se podem fazer grandes *raids*.

Passamos por entre vinte pequenas lojas cheirando a filhoses quentes, sonhos fritos, a marisco e a jasmim.

No pavilhão dos tabacos assiste-se à confeção de charutos.

Vês tu — diz o primo para o filho mais novo — Toma-se a folha do tabaco e... (nesta altura a operária por qualquer razão parou, a ciência do primo parou também) — mas êle disse ainda: "e assim se faz o charuto..."

A prima Rosa que não fuma, aborrece-se.

Uma ponte galga a estrada. Um combóio movido por uma auto locomotiva aparece bruscamente numa curva da estrada.

Penetramos agora em Portugal. Tenho entusiasmo pelas conferências e começo dizendo aos primos:

— Êste pequeno país no século XV, sulcou o mundo inteiro. O pavilhão em que nos encontramos está construído no estilo dessa época.

A sua torre é quadrada como quadradas eram as torres que vigiavam o mar. A cruz que a domina a alguns trinta e cinco metros de altura, era o sinal sagrado, que deu asas às caravelas...

— O que é uma caravela?, interrompe o petiz mais velho...

"caravelas, continuei eu, podemos vêr aqui, uma nau Portuguesa do século XVI, com as suas velas e canhões e não mais lhes foi preciso para servir o mundo inteiro.

Albuquerque de quem vêmos a estátua... "Quem era Albuquerque? Papá?" — Um português, diz a prima Rosa, segura de si própria.

— Afonso de Albuquerque, continuei, recitando uma página de dicionário, chamado O Grande, célebre navegador português, nas-

ceu em Alhandra em 1453, morreu em 1515. Foi um dos primeiros a dobrar o Cabo da Boa Esperança fundando o Império das Índias.

Uma carta luminosa indicava a rota conquistadora através dos mares.

Restam como recordação, a colonização de três continentes e os produtos mais aperfeiçoados das suas colónias.

Os trópicos ostentam a miragem das suas perspectivas cheias de sol.

— Segui o guia, digo eu arrancando a ditosa família à contemplação da arte Portuguesa.

Assim aquela família feliz, continuou a sua visita e nós em breve lhe seguiremos o exemplo... se os Fêliches da Escola Superior Colonial nos ajudarem.

Diversas

O decreto n.º 19.694 de 5 de Maio do corrente ano, que trata do recenseamento eleitoral, foi mandado pôr em vigor nas colónias.

• Foi comunicado ao nosso consul em Trieste, que não é possível atender os pedidos feitos por vários italianos, para se empregarem nas nossas colónias, visto a crise de desemprego, que está afectando todo o mundo, se ter feito sentir também nas colónias portuguesas.

• Vai ser publicado um decreto regulamentando os concursos para professores dos liceus coloniais.

• Está em preparação um diploma no qual serão reunidas tôdas as taxas postais em vigor nas colónias.

• Portugal foi convidado a fazer-se representar no Congresso da Imprensa Colonial que se realiza em Paris de 12 a 14 de Setembro.

Cabo Verde

O Governo autorizou o serviço de telegramas-cartas entre Cabo Verde e a Alemanha por intermédio da Companhia Italcable.

S. Tomé

Foi proposto ao Governo central que torne extensivo o diploma que regula os meios associativos, visto os agricultores de S. Tomé desejarem organizar o seu sindicato, tendo já elaborado os respectivos estatutos.

Angola

No Ministério das Colónias foi recebido o relatório elaborado pela Associação dos Médicos Portugueses acerca do projecto de regulamento para o exercício médico-cirúrgico em Angola.

• O Conselho Superior de Obras Públicas e Minas foi de parecer que o caminho de ferro de além Malange deve dirigir-se à capital da Lunda, vila Henrique de Carvalho.

• O Governo de Angola propôs ao Ministério das Colónias que seja concedida autorização à Caixa Económica daquela possessão para arrematar os prédios que lhe estejam hipotecados quando os preços oferecidos não atinjam o valor da dívida.

• Foi extinta por ter terminado os seus trabalhos a brigada de estudos de caminho de ferro do Sul de Angola.

• Foi mandado demarcar, numa área de 290.000 m², o terreno concedido pelo Governo à Câmara Municipal do Lobito, para edificação do bairro dos europeus, devendo marcar-se o destinado ao bairro para indígenas, logo que se termine o levantamento da planta da cidade.

• Foi criado em Nova Lisboa o laboratório de Patologia Veterinária que começará com as culturas necessárias para ali serem feitas as vacinas para tratamento e ataque das doenças do gado.

Moçambique

A Associação Comercial de Lisboa representou ao Sr. Ministro das Colónias no sentido de não sancionar o aumento dos direitos de importação de vinhos nacionais na nossa província de Moçambique. Sobre este assunto chamamos a atenção dos nossos leitores para a secção "Comércio de Portugal com as suas Colónias," em que a questão da exportação de vinhos para as colónias é largamente documentada.

• Para atenuar a crise que está sofrendo a agricultura de Moçambique vai ser determinada a isenção do pagamento da contribuição predial progressiva nos terrenos cultivados daquela colónia, enquanto ali não melhorarem as condições económicas.

Segundo o projecto de remodelação dos serviços dos portos e caminhos de ferro de Moçambique, que passam a constituir um organismo autónomo, o respectivo conselho de administração será composto pelas seguintes entidades: Chefe de departamento marítimo, director das obras públicas, directores dos portos e caminhos de ferro, um vogal do conselho do Governo e um representante dos interesses económicos.

Com a assistência do Governador de Inhambane, o capitão Sr. Carlos Selvagem, foi inaugurado em Jungamo um monumento aos expedicionários de 1895.

Índia

O Governo da Índia foi autorizado a abrir um crédito de 10.000 rupias para aquisição de material de guerra.

Vai ser publicado um diploma tornando extensiva ao Estado da Índia as disposições do decreto de 14 de Outubro de 1929, que restabeleceu na metrópole a garantia administrativa consignada no art. 431.º do Código Administrativo de 1896.

Em vista do grande aumento da população escolar o Governador Geral pediu autorização para serem nomeados mais 11 professores primários.

Macau

O Governador de Macau insistiu junto do Governo da Metrópole pela aprovação da proposta de subvenção aos funcionários da Colónia, informando que a baixa da pataca tem agravado a carestia da vida e acrescentando que, para fazer face ao encargo, conta com as disponibilidades da verba de despeza julgadas absolutamente dispensáveis no corrente ano económico e com o excesso de cobrança de receita sobre o previsto, e ainda com o saldo orçamental do ano económico findo.

Foi nomeado Agente da Companhia Nacional de Navegação em Anvers, o nosso amigo José Bensaude que também acaba de ser encarregado da Agência da importante casa Shenker & C.ª no Lobito.

Mensalmente, saíram de Anvers dois vapores daquela Companhia, um directo a Angola e o outro com carga para transbordo em Lisboa. Aquele nosso amigo segue no vapor "Quanza, no próximo dia 20 do corrente em visita de inspecção às filiais da Algodoeira, Limitada em Angola, de que é Director, tencionando no Lobito inaugurar a representação da firma Shenker & C.ª a que acima nos referimos.

Colónias e protectorados estrangeiros

Birmânia

Generalidades — Na parte livre do Triângulo, foram libertados mil escravos tendo os seus patrões sido indenizados à razão de 42 rupias por cabeça. O número de milhas de caminhos de ferro eleva-se a 200 e o de estradas a mais de 2.500. Nos Estados de Shan, a agricultura foi prejudicada pelas chuvas; na Alta Birmânia foi prejudicada pela prolongada seca. Cerca de cem mil cabeças de gado foram vacinadas contra a peste bovina na província de Akyab. O departamento das florestas construiu 119 milhas de estradas e 134 milhas de caminhos. A produção das minas de Bawdwin foi superior em 91.855 toneladas à do ano anterior e a da prata refinada elevou-se a 6 milhões de onças; a exportação de estanho atingiu o valor de 61.2 *lacs* rupias (a palavra *lacs*, muito usada na Índia, junta à palavra rupia significa *cem mil*).

Pelo contrário, a produção de safiras e rubis sofreu uma forte redução. O número de fábricas existentes, especialmente de serração de madeira e de descasque de arroz, eleva-se a 30.

Em 1927, o valor do comércio com os portos estrangeiros elevou-se a 68 milhões de rupias; as importações elevaram-se a 26 milhões. O aumento nas importações foi sobretudo devido às seguintes mercadorias: *rails* e máquinas, carvão de Bengala, açúcar de Java, óleos combustíveis da Rússia, Bornéu e Estados Unidos e óleos lubrificantes dos Estados Unidos. O aumento dos direitos alfandegários é de 3.400.000 rupias por ano. As exportações diminuíram nos primeiros meses de 1928. Terminando em 31 de Dezembro de 1928 o contracto com a *Burma Railways Company*, os caminhos de ferro passaram para a administração directa do Estado.

O departamento de irrigação gasta anualmente para cima de 1.300.000 rupias. O número de indivíduos processados em virtude das "security sections" do código do processo criminal elevou-se a 3.000. O número de acidentes produzidos pelos automóveis ele-

vou-se a 51 em Rangoon. Foram nomeados mais 47 magistrados de 1.ª classe. O movimento do pórtio de Rangoon foi de 5.500.000 toneladas de mercadorias e de 350.000 passageiros. Foram efectuadas apreensões de grandes quantidades de ópio durante o ano. Aumentou bastante a frequência nas escolas primárias, cerca de 14.619 rapazes e igual número de raparigas a mais que no ano anterior.

Relações com os Estados tributários ou limitrofes. Estados de Shan e de Karenni — A agricultura foi prejudicada pelas chuvas excessivas e o gado pela peste bovina. A receita dos três Estados de Karenni desceram para 211.000 rupias; as despesas atingiram 185.000 rupias.

Distrito de Chin Hills — Boas colheitas. 72 mortes devidas ao cólera, foram vacinadas 3.000 pessoas contra a epidemia.

Distrito de Cachin Hills Tracts — A produção de jade foi avaliada em 284.490 rupias.

Condições sanitárias — Mais satisfatórias que as do ano anterior. Poucas mortes.

Administração — As novas campanhas pró-cultura representam uma despeza de 356.000 rupias.

Cadastro — A superfície rural não compreendendo os domínios governamentais eleva-se a 31.935.627 ares. A despeza total feita pela repartição do cadastro elevou-se a 2.510.000 rupias. Junto da divisão especial de agrimensura de Shwedo foi criada uma escola de agrimensura, tendo sido conservadas abertas as escolas de agrimensura de Promé, Kiauksé, Moulmein e Mimbú. A extensão total das terras vendidas durante o ano elevou-se a 4.858 acres. A administração dos domínios do governo utilizou 321.691 acres. A superfície das terras dadas em concessão foi de 20.909 acres. A superfície das terras livres de encargos reservadas para fins religiosos e públicos desceu para 193 acres.

Protecção. Crimes — O número de crimes atingiu 71.408. Houve diversas tentativas de revolta e notou-se uma certa resistência contra o pagamento do imposto "Thathameda Tax". Até fins de 1928 o Instituto de Investigação de Chauk, de Insein e de Yenangyaung, efectuaram respectivamente 13.223, 151.454 e 60.996 impressões digitais.

Polícia militar — Compreende actualmente um efectivo de 9.855 homens.

Administrações concelhias — O número de multas aplicadas pelos chefes e comités foi pouco mais ou menos que o do ano anterior. O número total de chefes que era de 13.965 desceu para 13.697. O número de chefes recompensados elevou-se a 2.209 ao passo que o número de chefes punidos desceu para 372.

Animais ferozes e serpentes — O número de pessoas mortas pelas serpentes e animais ferozes foi de 1.258.

Justiça criminal — O número de magistrados de 1.ª classe é actualmente de 306.

Prisões — No fim do ano existiam 20.346 prisioneiros de todas as categorias. Durante o ano efectuaram-se 51.097 prisões.

Justiça civil — Nenhuma mudança na constituição ou no pessoal se deu na Corte Alta durante o ano. As receitas totais dos tribunais civis, criminaes e de Contas elevaram-se a 4.845.000 rupias; as despesas atingiram a importância de 7.687.000 rupias.

Registos comerciais — Três novas sociedades anónimas foram registadas durante o ano 1928/29, contra 26 no ano antecedente. O capital autorizado das várias companhias desceu de 8.128.000 rupias para 3.185.000. O número total de associações sem fins lucrativos é de 21.

Administração das Comissões locais — Existem 20 concelhos de distrito, 276 comissões de circulação, 11.790 comités de aldeia, 28 comissões escolares, etc., foram criadas e encontram-se a funcionar mais 191 escolas indígenas. O número de escolas indígenas criadas nos dois últimos anos eleva-se a 500.

Administração municipal. Corporação de Rangoon — As receitas ordinárias durante o ano elevaram-se a 9.315.000 rupias e as despesas ordinárias a 8.900.000, mais 50.000 rupias que no ano antecedente. Durante o ano houve 7.316 nascimentos, o número de óbitos baixou para 10.851, ou seja uma percentagem de 31,41 por mil nascimentos. A mortalidade infantil desceu para 293,88 por mil crianças nascidas, vivas. Houve 168 mortes devidas à peste, 84 óbitos devidos ao cólera, 1.040 mortes por doenças intestinaes, 964 mortes por tuberculose e 2.476 devidas a doenças pulmonares. A varíola ocasionou 203 vítimas. O número de doentes atacados de doenças contagiosas tratados no hospital de Rangoon foi de 1.467 e a percentagem dos óbitos foi de 15,65. O número total de vacinações efectuadas foi de 137.773. Grandes trabalhos de drenagem estão sendo efectuados em Akyab, Insein e Myingyan. As municipalidades da Birmânia recrutam e conservam o seu pessoal com facilidade. Em Insein e Pegu foram respectivamente criadas duas escolas primárias indígenas. A de Insein tem mais de 200 alunos.

Forças militares — O exército compreende 6.412 homens, dos quais 2.040 europeus e 4.382 asiáticos. O exército auxiliar compreende 3.326 homens, dos quais 1.290 são reservistas.

Marinha. Pórtio de Rangoon — O número de navios entrados neste pórtio durante o ano foi de 1.526 navios a vapor repre-

sentando 3.880.057 toneladas e 129 veleiros com 10.293 toneladas. O número de passageiros desembarcados elevou-se a 347.164 e o dos passageiros embarcados foi de 314.289. O número de navios entrados nos portos da Birmânia foi de 3.982 com uma tonelagem total de 5.541.461. O número de navios saídos elevou-se a 4.065 com uma tonelagem de 5.645.376.

Agricultura. Capítulo II — A superfície ocupada da Província atinge 20.400.000 acres. A superfície irrigada é de 1.447.000. A superfície total irrigada cultivada de arroz é de 1.400.000 acres. No fim do ano estavam inscritos no Colégio de Agricultura de Mandalay, 40 estudantes.

A Comissão Real de Agricultura visitou durante o ano a Província. 534 acres de terreno foram adquiridos para instalação da granja central de Kambalu. 3.090 toneladas de sementes foram distribuídas durante o ano. Com o fim de instruir os cultivadores efectuaram-se na região do Sul 115 demonstrações com sementes seleccionadas e 30 demonstrações com adubos. Na região de Ténasserim, as granjas para produção de sementes ocupam 630 acres. No norte montaram-se 114 granjas para selecção de sementes. Na região do Oeste Central levaram-se a efeito 142 demonstrações agrícolas para instrução dos agricultores.

A população bovina total atinge cerca de 5.994.840 cabeças. A mortalidade total durante o ano foi de 108.747 cabeças ou seja uma percentagem de 1,8 %. A peste bovina é a doença contagiosa dominante e a sua aparição necessita dum contrale oficial efectivo. O excedente para exportação da colheita do arroz atingiu 3.020.000 de toneladas. A colheita de gergelim foi de 45.000 toneladas. A superfície cultivável de algodão foi menor em relação à do ano anterior.

Florestas — A superfície total da reserva florestal é de 29.061 milhas quadradas. A superfície das florestas não classificadas estima-se em 93.805 milhas quadradas.

Recitas e finanças. Capítulo III — A única mudança a notar nas relações entre o governo central e os governos provinciais, é a respeitante ao abajamento da contribuição que os governos provinciais pagavam àquele, que desceu de 6.400.000 rupias para 5.025.000 e que acaba de ser abolida.

Recitas e finanças centrais — As recitas baixaram para 9.720.600.000 rupias, menos 43.700.000 rupias que o ano antecedente.

Alfândegas — A receita bruta elevou-se a 72.400.000 rupias.

Sal — A quantidade exportada diminuiu 152.000 toneladas.

Recitas e finanças provinciais — Os rendimentos provinciais elevaram-se a 11.920.000.000 rupias e as despesas a 12.200.000.000.

Fundos locais — As recitas dos 28 concelhos de distrito desceram para 8.460.000 rupias e as despesas foram de 8.395.000. O "Rangoon Development Trust Fund", produziu uma receita de 1.600.000 rupias. O "Rangoon Port Trust Fund", fechou com um saldo de 602.000 rupias.

Imigração e emigração — O número total de imigrante por mar foi de 428.343 e o de emigrantes atingiu 361.291.

Serviço de saúde — O número total de hospitais existente é de 297. O número de médicos inscritos é de 1.112 e o número de parteiras de 340. O número de doentes tratados nos hospitais civis foi de 2.236.619. O número de operações atingiu 84.716, das quais cerca de 22 operações dentárias. O número de casos de diarreia desceu para 31.875 mas o número de casos de doença aumentou para 28.280. O número de doenças tratadas no Instituto Pasteur foi de 1.450, das quais somente 1.088 seguiram o tratamento completo. A secção bacteriológica efectuou 6.486 reacções de Wassermann. O número total de doentes do "Rangoon Mental Hospital", no fim do ano era de 959.

Higiene pública — A comissão de higiene pública concedeu subsídios na importância de 381.000 rupias. As despesas autorizadas para diversos trabalhos sanitários a efectuar durante o ano atingem 8.839.000 rupias.

Vacinação — O número de inspectores de distrito para a vacinação está em 41. O número total de pessoas vacinadas durante o ano foi de 912.611. Cerca de 44.937 trabalhadores foram vacinados logo após o seu desembarque em Rangoon.

Instrução. Capítulo IV — O número de escolas públicas existentes é de 7.123 com uma frequência de 478.441 alunos. O número de alunos que frequentam os colégios particulares eleva-se a 197.441. As despesas com o ensino atingem 2.184.000 rupias. Somente 6 escolas primárias na Birmânia são anglo-indígenas. 83 escolas indígenas funcionam debaixo do controle directo das autoridades locais de educação. 28 escolas indígenas dependem directamente do Governo. As restantes são escolas subsidiadas, nas quais a direcção é laica ou religiosa, sendo os professores pagos pelas autoridades locais. O número de escolas primárias indígenas superiores é de 4.061 com uma frequência de 235.191 alunos.

Ensino médio — O número de escolas anglo-indígenas na

Birmânia é de 244, das quais 98 são "High Schools", com 32.681 alunos. O número de escolas médias indígenas eleva-se a 1.197 com 133.844. Existe também uma Universidade na Birmânia. Tem uma frequência de 1.260 alunos.

A crise no Congo belga

É frequente ouvirmos atribuir ao Governo a responsabilidade da nossa crise colonial e não se considerar em verdadeira intensidade a influência que a crise mundial exerce sobre as nossas colónias. Se bem que o mal do nosso vizinho não atenua nem minore o nosso, o certo é que esse mal não é menos grave nem intenso do que aquele que nos persegue. Simplesmente por lá não se atribuem aos governos tão facilmente como cá as pesadas responsabilidades da crise.

Como documentação exuberante da crise que a Bélgica atravessa comparemos o quadro desolador de falências e concordatas declaradas neste País em comparação com o ano anterior.

Só durante a semana 3-10 de Julho corrente deram-se na Bélgica 21 falências contra 12 no mesmo período de 1930.

No primeiro semestre de 1931 declararam-se na Bélgica 425 falências contra 292 em igual período de 1930. Os pedidos de concordata foram 189 dos quais 140 homologados contra respectivamente 146 e 86.

A pesar-da sua prosperidade a Bélgica sofre como nós as conseqüências da crise. E como nós viu-se na necessidade amarga de acudir ao Congo assegurando o seu equilíbrio orçamental pela elevação da percentagem do imposto indígena, agravamento de incidência sobre os vencimentos do funcionalismo e ainda com a reforma e compressão dos quadros da administração congoleza.

O Governo belga, reunido no conselho de 18 do mês passado resolveu suprimir já neste ano 364 lugares do pessoal de administração local. As medidas de supressão atingem as seguintes categorias: funcionários ou agentes com 8 anos de serviço na Colónia, idem com 12 anos e certos funcionários supra-numerários.

Na reforma militar reduz-se em 500 homens o efectivo que já em Janeiro último tinha sido fixado em 16.000, número muito inferior ao costumado.

Estas reduções produzem uma economia de 22 milhões.

A exposição de Elisabethville

Do último número da *Illustration Congolaise* referente ao mês de Julho transcrevemos a seguinte e interessante apreciação acerca da representação de Angola na referida exposição:

"A participação de Angola atrai muito particularmente os visitantes, porque ela constitui uma demonstração prática e cabal das possibilidades de abastecimento em alimentos frescos que aquela colónia nos oferece e que, com a abertura ao trafego do caminho de ferro de Benguela, colocará à disposição dos consumidores da nossa Província os recursos daquela colónia amiga."

Os nossos votos são para que os incansáveis agricultores do Sul de Angola saibam aproveitar bem a ocasião que se lhes oferece de conquistarem para si e para a colónia o mercado de Katanga. Com a abertura ao trafego do caminho de ferro de Benguela nenhuma outra colónia vizinha se encontra na situação excepcional em que se encontra Angola que, nos seus vastos e ricos planaltos, pode produzir tudo o que aquele importante mercado tem, até hoje, importado doutras colónias.

Um novo empréstimo ao Congo Belga

O Ministério das Colónias belga continua a estudar as possibilidades dum novo empréstimo à Colónia.

O montante actual dos bilhetes de tesouro emitidos pelo Congo atinge um bellão de francos. O novo empréstimo teria por objecto principal a consolidação daqueles bilhetes de tesouro, deixando disponíveis 500 milhões de francos que se destinariam a promover o fomento da Colónia e bem assim a crear os fundos necessários para um auxilio directo ao comércio e à agricultura coloniais.

Nada porém foi ainda resolvido quanto ao carácter e às modalidades do empréstimo.

O estado actual do mercado financeiro belga é, porém, pouco favorável à emissão deste empréstimo de um bellão e meio de francos, segundo declaram os últimos jornais belgas, que ao assunto se referem.

Do Matin de Anvers:

A verdade é que a Alemanha, grande potência industrial nunca foi nem é um país capaz de gostar da colonização em terras longínquas. Os seus filhos, por outro lado, não se sentem aptos a colonizar como os portugueses, como os anglo-saxões e os franceses, onde tudo está por fazer.

A primeira forma de colonização dos germanos foi a conquista violenta das terras vizinhas.

Durante muitos séculos, tóda a sua actividade colonial, se circunscribe em volta das suas fronteiras. Colonizar territórios já arroteados é bem mais fácil e comodo que ir valorisar domínios situados além-mar. Mas não se aprecia tanto um bem como quando se perde...

O Congo Belga

Do artigo de fundo do *Essor Colonial et Maritime* de 25 de Julho passado, assinado por Jules Tilmant, transcrevemos:

“Um sentimento indefinido, e infelizmente geral, de inquietação começa a sentir-se neste momento no mundo colonial africano e belga.

Uma importante personalidade colonial, de volta da Colónia há algumas semanas, disse-nos:

“Em Léopoldville, tem-se a impressão nítida de que aos comerciantes absorvidos pelo seu exaustivo labor lhes falta tempo para se preocuparem com os graves problemas do futuro; na sua torre de marfim de Kalina, os funcionários não se ocupam de mais coisa alguma senão das reformas administrativas em seu proveito. Eu constato que na Bélgica se deixam caminhar assim as coisas; visivelmente o Ministério das Colónias está longe de ser a cabeça que tudo superiormente dirige, e acrescentarei que nas grandes emprêsas congolenses as inquietações são semelhantes; tudo está desanimado... Que fazer? A primeira coisa, o essencial, é dar ao Congo um Governador sabedor e que governe. Lá como aqui pedem o coronel Moulaert para restabelecer a confiança da colónia...”

Por aqui se verifica quanto a opinião pública se está interessando, na Bélgica, pelos problemas do Congo. Oxalá em Portugal se comece a olhar a sério para a nossa grande colónia de Angola, que por ser talvez vizinha do Congo sofre, por vezes, dos mesmos males.

BORRACHA — Mercado fraco. Em Londres as quantidades disponíveis para Agosto e Setembro do tipo Standand cotam-se a 2 11/16. Naquele mercado o *stock* existente atinge 81.104 toneladas. Em Liverpool a quantidade em armazém é de 54.335 toneladas.

MARFIM — Em Anvers o marfim dos dentes de boa qualidade, manteve-se nas cotações anteriores. Os de qualidade inferior atingiram £ 2 e £ 3. Os dentes próprios para bolas de bilhar foram vendidos a preços irregulares.

GOMA COPAL — Mercado calmo e preços firmes. Em Anvers cota-se a 230 e 250 francos os 100 kilos, segundo a qualidade.

CACAU — O mercado melhorou. As cotações atingem 4.10 a 4.25 francos o kilo, segundo a qualidade, em Anvers.

CAFÉ — Mercado fraco. Os compradores preferem esperar. Em Anvers as cotações atingem 5.50 e 7 francos o kilo, segundo a qualidade.

GERGELIM — Mercado firme. Cota-se a £ 13 a tonelada presentemente.

COCONOTE — Mercado fraco, especialmente para as quantidades embarcadas e de desembarque próximo. Espera-se uma certa procura, em Anvers, nos meses de Setembro, Outubro e Novembro. Actualmente cota-se a £ 8.39 a tonelada; ofertas para Setembro e Outubro de £ 8.10 a tonelada.

ÓLEO DE PALMA — Mercado fraco e sem compradores. As cotações atingem em Anvers: em barris £ 15.15 a tonelada; em tempores £ 13.10. As qualidades melhores, de plantaçaõ regular, atingem £ 14 a tonelada.

UM PLANO DE FOMENTO DE ANGOLA

Num dos próximos números começaremos a publicar uma série de artigos sob este título, da autoria do grande colonial e patriota Henrique de Paiva Couceiro.

O comércio de Portugal com as suas Colónias, referente a alguns produtos, nos últimos dois anos

Encontrando-se já publicado o número de Junho do Boletim da Direcção Geral da Estatística, parece-nos interessante fazer alguns estudos comparativos do desenvolvimento do intercambio comercial entre a Metrópole e as colónias nos três primeiros semestres dos últimos anos.

Exportação

Portugal exportou nos primeiros semestres dos três últimos anos; respectivamente, as seguintes quantidades e valores de vinhos comuns tintos: em 1929, 1.483.928 decalitros no valor de 21.255.990\$00 escudos; em 1930, 1.174.359 decalitros no valor de 15.358.138\$00 escudos; em 1931, 882.642 decalitros no valor de 11.859.959\$00 escudos. Durante os mesmos períodos foram exportados para as colónias as seguintes quantidades em decalitros:

	1929	1930	1931
Angola.....	375.663	344.498	322.669
Cabo Verde.....	12.859	14.270	11.005
Guiné.....	42.935	35.789	25.278
S. Tomé e Príncipe..	40.173	39.098	28.660
Moçambique.....	173.385	194.407	194.918
Índia.....	2.807	2.344	1.930
Macau e Timor....	7.042	7.666	6.402
Total.....	654.845	638.071	590.852

No valor de Esc... 9.379.381\$43 8.345.212\$31 7.939.210\$00

Quanto a Moçambique nota-se o facto interessante, de apesar da crise a nossa exportação de vinho tinto para lá ter aumentado notavelmente em 1930 e aguentar-se na mesma posição favorável no primeiro semestre de 1931. É um sintoma animador se considerarmos que a exportação para as restantes colónias diminuiu de forma sensível no mesmo período.

Verifica-se também que as nossas colónias são o nosso principal mercado para este produto, consideradas no seu conjunto.

Separadamente o mercado brasileiro é lhes superior pois que consumiu durante os períodos referidos, respectivamente, as quantidades seguintes: 524.080 decalitros em 1929; 442.218 em 1930 e 210.179 em 1931. Donde se conclue que a nossa exportação para o Brasil baixou para menos de metade.



A nossa exportação de vinhos comuns brancos durante os citados períodos atingiu, respectivamente, as seguintes quantidades em decalitros: 513.329 em 1929; 290.53 em 1930 e 256.277 em 1931 a que correspondem os seguintes valores: 6.621.579\$00 escudos, 4.127.321\$00 e 3.448.306\$00.

Aparte no ano de 1929, nos seguintes a quasi totalidade da nossa exportação quanto a este produto destinou-se às nossas colónias como vamos verificar. Quantidades em decalitros e valores em escudos:

	1929	1930	1931
Angola.....	97.835	80.798	60.749
Cabo Verde.....	1.244	1.277	1.799
Guiné.....	2.293	1.892	1.857
S. Tomé e Príncipe..	6.492	8.270	4.156
Moçambique.....	130.178	162.772	164.208
Índia.....	378	524	416
Macau e Timor....	96	399	1.295
Total.....	238.516	255.862	234.476

Nota-se que aparte o ano de 1929 em que exportamos para França 290.603 decalitros de vinho branco a que devemos acrescentar 33.925 que se destinaram ao Brasil, nos outros anos a quasi totalidade da nossa exportação dirigiu-se para as nossas colónias.

Verifica-se também que se deu quanto a este produto o mesmo facto interessante que notamos para o vinho tinto: ao passo que o consumo nos últimos dois anos diminuiu duma forma bastante sensível em quasi tôdas as nossas colónias, em Moçambique deu-se fenómeno inverso, aumentando ali o consumo assim como em Macau e Timor.

Importação

Referir-nos-hemos por hoje somente a dois produtos: o café e o algodão.

A nossa importação de café para consumo nos primeiros semestres dos últimos três anos atingiu as quantidades totais seguintes: 1.766.489 quilogramas no valor de 14.778.682\$00 escudos em 1929; 2.506.301 no valor de 12.354.039 em 1930 e 2.626.981 no valor de 8.499.031 em 1931.

A primeira conclusão a tirar é a de que aumentaram as quantidades importadas diminuindo muito porém o seu valor em virtude da enorme baixa que sofreram nos últimos tempos os géneros coloniais e nomeadamente o café.

Para esta importação com que quantidades contribuíram as nossas colónias? É o que vamos ver com referência aos mencionados períodos e em quilogramas:

	1929	1930	1931
Angola.....	1.101.844	1.507.536	1.578.239
Cabo Verde.....	465	18.275	28.144
Guiné.....	6	—	276
S. Tomé e Príncipe..	105.917	77.064	105.540
Moçambique.....	553	2.459	303
Macau e Timor....	1	14	740
Total.....	1.208.776	1.605.346	1.713.242

Durante os mesmos períodos foram importadas de Brasil as seguintes quantidades em quilos: 522.270 866.075 889.140

Verifica-se que, neste produto as nossas colónias ocupam uma posição interessante em comparação com as importações estrangeiras. Se porém forem tomadas medidas tendentes a um maior consumo deste artigo, como sejam a proibição das misturas, é natural que uma maior importação se faça das colónias.

Apesar das quantidades importantes de café que nos envia o Brasil o certo é que elas andam muito longe dos 60% há dias apontados como sendo a percentagem de café brasileiro na nossa importação, por um colonial dos muitos que escrevem... de ouvido, num diário da tarde.

Angola ocupa o 1.º lugar, seguindo-se-lhe o Brasil com uma quantidade que anda sensivelmente por metade da que nos é enviada por aquela colónia.

Cabo Verde começa a mandar-nos em 1931 uma maior quantidade do seu precioso café. Se fórmos ver a importação total deste produto durante os anos de 1929 e 1930 chegaremos às mesmas conclusões como facilmente se poderá verificar a página 20 do número um desta revista.



A nossa importação de algodão para a nossa indústria algodoeira continua-se, infelizmente, a fazer quasi tôda do estrangeiro principalmente dos Estados Unidos e do Brasil

Fazendo o estudo comparativo das quantidades, em quilogramas, importadas nos primeiros semestres dos últimos três anos verifica-se que essa importação atingiu nos referidos períodos os números seguintes: 6.875.937 no valor de 67.901.692\$00 escudos em 1929; 9.496.776 no valor de 84.558.447\$00 em 1930 e 6.414.662 quilos no valor de 35.959.157\$00 escudos em 1931.

A notar que a quantidade importada em 1931 é sensivelmente a mesma da que foi importada em igual período de 1931, embora o

seu valor seja um pouco mais de metade. Das nossas colónias foram-nos enviadas as seguintes quantidades, em quilogramas;

	1929	1930	1931
Angola.....	203.264	372.572	344.669
Moçambique.....	91.591	46.384	118.813
Total.....	294.855	418.956	463.482

Durante os mesmos períodos importamos dos E. U. A. do Brasil e da Inglaterra as quantidades que se seguem:

Dos E. U. A.....	4.461.062	6.531.124	4.001.862
Do Brasil.....	893.615	1.375.108	1.277.046
Da Inglaterra.....	333.339	676.493	249.948

É interessante salientar o aumento nas importações do Brasil, que mantém a posição conquistada no ano anterior, em 1931. Continua a ser uma verdadeira miséria na quantidade e no valor o algodão que nos é enviado pelas nossas duas grandes colónias de Angola e Moçambique.

É de lamentar que se continue a dar a países estrangeiros algumas dezenas de milhares de contos por uma matéria prima que podia e devia já ser-nos fornecida na sua maior parte por aquelas duas grandes colónias.

LEGISLAÇÃO COLONIAL

Do Diário do Governo

Decreto 19.807 (1.ª série n.º 125 de 30-5-931)

Determina que o Governador da Colónia da Guiné possa proceder sem assistência do Conselho do Governo enquanto subsistirem as circunstâncias derivadas dos acontecimentos ultimamente ali ocorridos.

Decreto 19.808 (1.ª série n.º 125 de 30-5-931)

Aprova as alterações aos estatutos da Beira Works L.^d, com sede em Londres.

Decreto 19.931 (1.ª série n.º 143 de 23-6-931)

Fixa o quadro e regula os vencimentos do pessoal doente da Escola de Medicina Tropical.

Decreto 19.943 (1.ª série n.º 145 de 25-6-931)

Torna extensivas às colónias as modificações ao Código Civil aprovadas pelo decreto 19.126 com as alterações constantes do presente decreto.

Decreto 19.955 (1.ª série n.º 148 de 29-6-931)

Determina que a contar de 1 de Julho de 1931, os serviços de Fazenda e Contabilidade da Colónia de Moçambique passem a executar-se em harmonia com o regulamento de Fazenda e Contabilidade das Colónias, aprovado pelo decreto de 3 de Outubro de 1901 e demais disposições ulteriores vigentes emanadas do Governo da Metrópole.

Decreto 20.000 (1.ª série n.º 152 de 3-7-931)

Prorroga até 30 de Junho de 1932 o prazo para a troca de cédulas e moeda metálica expressa em escudos pelas cédulas e moeda metálica da extinta Junta da Moeda de Angola.

Decreto 20.029 (1.ª série n.º 155 de 7-7-931)

Determina que a partir da data do presente diploma nenhum funcionário do quadro comum ou de qualquer quadro privativo dos serviços de correios e telégrafos coloniais possa desistir da promoção que lhe competir.

Decreto 20.040 (1.ª série n.º 156 de 8-7-931)

Prorroga até 16 de Março de 1934 o prazo estabelecido na clausula 35.ª do contracto de 16 de Março de 1923 entre o Alto Comissário do Governo da República em Angola e a Companhia dos Caminhos de Ferro do Amboim.

Decreto 20.050 (1.ª série n.º 158 de 10-7-931)

Organisa o serviço de saúde militar das Colónias.

Decreto 20.071 (1.ª série n.º 161 de 27-7-931)

Aprova o orçamento geral da receita e despesa da colónia de Angola no ano económico de 1931-32.

Decreto 20.112 (1.ª série n.º 172 de 27-7-931)

Suspende até 31 de Dezembro do corrente ano todo o procedimento por execução fiscal contra os agricultores da Colónia de S. Tomé relativo à cobrança das despesas feitas com a repatriação dos serviços que foram dispensados pelos patrões.

Decreto 120.180 (1.ª série n.º 175 de 30-7-931)

Manda inscrever uma verba no orçamento do Ministério para o corrente ano económico sob a rubrica de "Reembolso do suprimento feito à colónia de Moçambique para cobertura dos encargos resultantes do contracto de 2 de Março de 1931, celebrado com a Companhia do Niassa..

ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914 Julho	1929 Índice-médio	1930		1931		
			Índice-médio	Junho	Abril	Maio	Junho
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.649	1.355	1.068	1.148

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 31 de Março de 1931

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola	63.199	3.092.402	—	18.722.606	11.495.486	2.937.086
Banco do Comércio e Ultramar.	571.095	271.891	6.333.290	27.000	2.223.107	3.958.081
Banco Nacional Ultramarino..	4.147.129	1.362.599	62.616.117	72.932.017	19.232.701	52.885.162

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Comércio entre a Metrópole e as Colónias portuguesas

COLÓNIAS	IMPORTAÇÃO Valor em milhares de Escudos		EXPORTAÇÃO Valor em milhares de Escudos	
	Janeiro 1931	Janeiro a Junho 1931	Janeiro 1931	Janeiro a Junho 1931
	Angola	8.327	39.788	2.522
Cabo Verde	39	2.443	300	1.665
Guiné	186	4.120	270	1.471
S. Tomé e Príncipe	644	4.104	329	2.445
Moçambique	3.607	31.495	2.461	14.851
Índia	1	8	61	310
Macau e Timor	1	48	96	306

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Movimento de passageiros entre a Metrópole e as Colónias portuguesas

DESTINO	COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO								COMPANHIA COLONIAL DE NAVEGAÇÃO																							
	1.ª classe		2.ª classe		3.ª classe		Total		1.ª classe		2.ª classe		3.ª classe		Total																	
	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta																
África Occidental.	Ano de 1930																741	739	977	631	2.028	1.143	3.746	2.513	429	465	742	532	1.875	963	3.046	1.960
	Junho de 1930																80	101	105	72	149	117	334	290	37	63	79	79	190	113	306	255
	Junho de 1931																19	44	24	30	102	39	145	113	26	73	72	68	93	134	191	275
	Julho de 1930																73	21	56	116	122	154	251	291	21	30	42	23	186	42	249	95
	Julho de 1931																34	79	33	59	50	92	117	230	31	43	33	24	69	91	133	158
África Oriental.	Ano de 1930																315	291	531	339	1.143	401	1.989	1.031	120	119	194	159	508	309	822	587
	Junho de 1930																14	46	36	29	107	48	157	123	13	14	18	13	78	31	109	58
	Junho de 1931																21	34	9	65	49	66	79	165	9	29	51	74	32	73	92	176
	Julho de 1930																33	55	39	57	67	54	139	166	16	—	19	—	36	—	71	—
	Julho de 1931																28	17	12	26	45	31	94	74	2	37	18	36	29	23	49	96
TOTAL GERAL							7.051	4.996	TOTAL GERAL							5.068	3.660															

Cotação oficial das acções das Companhias coloniais na Bolsa de Lisboa

COMPANHIAS E SOCIEDADES	EM 5 DE AGOSTO DE 1931			EM 30 DE JUNHO DE 1931		
	Efectuado Contado	Ofertas—Contado		Efectuado Contado	Ofertas—Contado	
		Compra	Venda		Compra	Venda
Agrícola da Bela Vista	—	21\$00	25\$00	—	20\$00	22\$00
» do Cazengo	—	40\$00	90\$00	—	60\$00	—
» da Ganda	—	10\$00	—	—	15\$00	—
» das Neves	—	—	200\$00	—	—	200\$00
» do Príncipe	—	—	—	—	—	—
Nacional de Navegação	144\$00	146\$00	146\$00	—	162\$00	164\$00
Agrícola Ultramarina	—	—	62\$00	—	—	—
Soc. Agricultura Colonial	91\$00	91\$00	96\$00	—	97\$00	101\$00
Amboim, até 250:00	—	18\$00	19\$00	—	24\$00	25\$00
Açúcar de Angola	—	117\$00	118\$00	—	115\$00	118\$00
» de Moçambique	—	—	—	—	—	—
Cabinda	—	—	7\$00	—	7\$00	—
Colonial Agrícola	—	—	—	—	—	—
» do Buzi (1.ª emissão)	—	46\$50	47\$50	—	49\$00	50\$00
» » (2.ª »)	—	43\$00	—	—	—	49\$00
» de Navegação	—	—	—	—	—	58\$00
Comércio de Moçambique	—	72\$00	—	—	—	—
Ilha do Príncipe	138\$00	140\$00	140\$00	—	129\$00	131\$00
Niassa	—	—	—	—	—	—
Roça Pôrto Alegre	—	—	—	—	—	—
Sul de Angola	—	—	52\$00	—	—	—
Zambezia, tit. 25	—	12\$00	13:50	—	—	17\$00
Borôr	—	—	50\$00	—	50\$00	55\$00

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas, por Lisboa

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	Junho	Janeiro a Junho	Junho	Janeiro a Junho
Reexportação :				
Cacau	1.342.714	7.034.944	2.978.141\$00	17.486.546\$00
Café	234.419	2.800.841	609.834\$00	7.499.487\$00
Cêra	20.519	59.764	172.616\$00	504.353\$00
Outras mercadorias	120.794	569.995	196.355\$00	1.435.014\$00
Total	<u>1.718.446</u>	<u>10.465.544</u>	<u>3.956.956\$00</u>	<u>26.925.400\$00</u>
Trânsito internacional :				
Cacau	854	42.693	1.900\$00	115.784\$00
Café	71.291	2.627.080	209.660\$00	7.768.751\$00
Cêra	50.509	4.3.682	420.240\$00	3.473.740\$00
Óleos de palma e côco	5.097	166.295	5.600\$00	265.524\$00
Outras mercadorias	1.750	4.866.477	240.600\$00	6.915.700\$00
Total	129.501	8.106.227	878.000\$00	18.539.499\$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Situação Geral dos Câmbios

(MÉDIAS DAS COTAÇÕES DURANTE O MÊS DE ABRIL DE 1931)

Divisas	Alemanha	Argentina (1)	Austria	Belgica	Brasil (1)	Bulgária	Canada (1)	Chile (1)	China (1)	Dinamarca	Espanha (1)	Estados- Unidos	Finlandia (1)	Francia	Grã-Bretanha
	Marco	Pêso (euro)	Schilling	Belga	Milreis	Lev.	Cent.	Pêso	Tael Shangh.	Corôa	Peseta	Centc.	Marco	Franco	Schilling
Belga.....	0.586	0.198	0 991 (1)	—	2.860	19.291	13.963	1.143	0.466	0.520	1.439	13.924	5.532	3.555	0.572
Franco francês.....	0.165	0.058	0.278	0.281	0.523	5.424	3.926	0.321	0.131	0.147	0.404	3.916	1.556	—	0.161
Franco suíço.....	0.816	0.276	1.378	1.393	2.501	26.868	19.450	1.592	0.649	0.725	2.004	19.395	7.706	4.952	0.797
Schilling.....	1.024	0.346	1.728	1.747	3.249	33.693	24.391	1.996	0.814	0.908	2.513	24.325	9.664	6.212	—
Dollar americano.....	4.208	1.422	7.079	7.175	13.358	138.500	100.270	8.208	3.356	3.737	10.331	—	39.728	25.535	4.111
Florin.....	1.693	0.572	2.859	2.889	5.376	55.743	40.323	3.303	1.347	1.505	4.158	40.244	15.989	10.276	1.654
Corôa noruega.....	1.127	0.381	1.905 (1)	1.923	3.578	36.912 (1)	26.855	2.198	0.896	1.000	2.767	26.780	10.640	6.832	1.101
Corôa danoesa.....	1.127	0.381	1.902	1.923	3.578	36.911 (1)	26.854	2.198	0.897	—	2.767	26.780	10.640	6.836	1.101
Corôa sueca.....	1.128	0.381	1.907 (1)	1.925	3.581	37.133	26.880	2.200	0.897	1.002	2.769	26.805	10.650	6.846	1.102
Corôa tchecoslov.....	0.125	0.042	0.210	0.213	0.396	4.102	2.971	0.243	0.099	0.111	0.306	2.962	1.177	0.756	0.122
Schilling austriaco.....	0.591	0.200	—	1.008	1.877	19.466	14.092	1.153	0.470	0.526	1.442	14.046	5.584	3.589	0.578
Pengo.....	0.734	0.248	1.240	1.253	2.331	24.172	17.498	1.432	0.584	0.652 (1)	1.803	17.445	6.933	4.456	0.717
Reichsmarco.....	—	0.338	1.685	1.704	3.171	32.874	23.799	1.918	0.794	0.887	2.452	23.733	9.430	6.062	0.976
Marco finland.....	0.106	0.036	0.179 (1)	0.181 (1)	0.336	3.469 (1)	2.524	0.206	0.084	0.094	0.260	2.517	—	0.643 (1)	0.103
Tchervonetz.....	21.676 (1)	7.329	36.606 (1)	36.945 (1)	68.728	709.072 (1)	515.878	42.228	17.215	19.210 (1)	53.150	514.486 (1)	204.398	131.387 (1)	21.150
Zloty.....	0.471	0.159	0.795	0.804	1.497	15.543	11.241	0.920	0.375	0.418 (1)	1.158	11.199	4.454	2.867	0.461
Lira.....	0.220	0.074	0.371	0.376	0.699	7.250	5.249	0.430	0.175	0.196	0.541	5.235	2.080	1.337	0.215
Peseta.....	0.405	0.138	0.689 (1)	0.693	1.293	13.382	9.706	0.794	0.324	0.361 (1)	0.959	9.659	3.546	2.453	0.398
Escudo.....	0.186	0.063	0.315 (1)	0.318 (1)	0.591	6.103 (1)	4.440	0.363	0.148	0.165 (1)	0.457	4.424	1.759	1.131 (1)	0.182
Dinar.....	0.074	0.0084	0.126 (1)	0.127 (1)	0.236	2.453 (1)	1.773	0.145	0.059	0.066 (1)	0.183	1.768	0.702	0.451	0.073
Leu.....	0.025	0.0103	0.042 (1)	0.043 (1)	0.079	0.826	0.597	0.049	0.020	0.022 (1)	0.061	0.495	0.236	0.152	0.024
Lev.....	0.030	0.0103	0.052 (1)	0.053 (1)	0.097	—	0.727	0.059	0.024	0.027 (1)	0.075	0.718	0.288	0.185	0.030
Drachma.....	0.054	0.0184	0.084 (1)	0.083 (1)	0.173	1.800	1.301	0.106	0.043	0.048 (1)	0.134	1.295	0.515	0.335 (1)	0.053
Piastre turca.....	0.020	0.0067	0.034 (1)	0.034 (1)	0.063	0.652	0.476	0.039	0.0158	0.018 (1)	0.049	0.475 (1)	0.188	0.121 (1)	0.019
Piastre egip.....	0.210	0.071	0.355 (1)	0.358 (1)	0.666	6.910	5.003	0.409	0.167	0.186 (1)	0.515	4.990 (1)	1.982	1.274 (1)	0.205
Dollar canadiano.....	4.198	1.419	7.095 (1)	7.154	13.322	137.500	—	8.186	3.337	3.724 (1)	10.303	99.720	39.621	25.469 (1)	4.100
Pêso mexicano.....	2.070 (1)	0.699	3.496 (1)	3.526 (1)	6.564	67.727 (1)	49.274	0.033	1.644	1.835 (1)	5.077	49.029	19.523	12.549 (1)	2.620
Pêso argentino.....	2.96 (1)	—	5.001 (1)	5.048 (1)	9.390	96.882 (1)	70.485	5.770	2.352	2.625 (1)	7.262	70.288	27.927	17.952 (1)	2.890
Milreis do Brasil.....	0.315	0.106	0.533 (1)	0.537 (1)	—	—	7.506	0.614	0.250	0.279 (1)	0.773	7.488	2.974	1.912	0.308
Pêso chileno.....	0.512 (1)	0.173	0.867 (1)	0.875 (1)	1.627	16.791 (1)	12.216	—	0.408	0.455 (1)	1.259	12.087	4.840	3.111 (1)	0.501
Pêso do Uruguay.....	2.437	0.831	4.157 (1)	4.195 (1)	7.804	80.519 (1)	58.581	5.795	1.955	2.181 (1)	6.035	58.537	23.210	14.920	2.402
Yen.....	2.081	0.703	3.514 (1)	3.547 (1)	6.598	68.071 (1)	49.524	4.054	1.653	1.844 (1)	5.102	49.365	19.622	12.613 (1)	2.030
Tael de Shanghai.....	1.259 (1)	0.425	2.126 (1)	2.146 (1)	3.992	41.188 (1)	29.966	2.453	—	1.116 (1)	3.087	29.634	11.873	7.632 (1)	1.228

Divisas	Grecia (1)	Hungria	Italia	Japão (1)	México (1)	Noruega	Paises-Baixos	Polónia (1)	Portugal (1)	Romania (1)	Suecia	Suissa	Tchecoslov.	Uruguay (1)	Yugosl. (1)
	Drachma	Pengo	Lira	Yen	Pêso	Corôa	Florin	Zloty	Escudo	Leu	Corôa	Franco	Corôa	Pêso	Dinar
Belga.....	10.734	0.797	2.660	0.282	0.283	0.521	0.346	1.242	3.14.5	23.386	0.520	0.717	4.695	0.238	7.875
Franco francês.....	3.018	0.224	0.748	0.079	0.080	0.147	0.097	0.349	0.88.4	6.576	0.146	0.202	1.320	0.067	2.214
Franco suíço.....	14.952	1.111	3.705	0.393	0.395	0.725	0.482	1.730	4.38.0	32.574	0.734	—	6.541	0.332	10.969
Schilling.....	18.750	1.399	4.646	0.492	0.495	0.908	0.604	2.170	5.49.3	40.850	0.908	1.253	8.198	0.416	13.756
Dollar americano.....	77.081	5.726	19.082	2.025	2.035	3.735	2.485	8.920	22.58.3	167.934	3.733	5.147	33.710	1.712	56.551
Florin.....	31.023	2.304	7.689	0.815	0.819	1.504	—	3.590	9.08.9	67.589	1.502	2.073	13.570	0.689	22.760
Corôa noruega.....	20.644	1.533	5.113	0.542	0.545	—	0.666	3.389	6.04.8	44.977	0.999	1.379	9.026	0.458	15.146
Corôa danoesa.....	20.644	1.533	5.113	0.542	0.545	1.000	0.666	2.389	6.04.8	44.976	0.999	1.379	9.025	0.458	15.145
Corôa sueca.....	20.664	1.535	5.121	0.543	0.545	1.002	0.666	2.391	6.05.4	45.019	—	1.381	9.034	0.459	15.160
Corôa tchecoslov.....	2.284	0.170	0.566	0.060	0.060	0.111	0.074	0.264	0.66.9	4.975	0.111	0.152	—	0.051	1.675
Schilling austriaco.....	10.833	0.805	2.684	0.284	0.286	0.527	0.349	1.254	3.17.4	23.602	0.525	0.724	4.736	0.240	7.948
Pengo.....	13.451	—	3.333	0.353	0.355	0.651 (1)	0.433 (1)	1.557	3.94.1	29.306	0.651 (1)	0.898	5.881	0.299	9.869
Reichsmarco.....	18.295	1.359	4.534	0.480	0.483	0.888	0.590	2.117	5.36.0	39.850	0.886	1.222	8.000	0.406	13.422
Marco finland.....	1.940	0.144 (1)	0.481 (1)	0.051	0.051	0.094	0.062 (1)	0.224	0.56.8	4.227	0.094	0.129	0.847	0.043	1.423
Tchervonetz.....	396.573	29.482 (1)	89.281 (1)	10.417	10.469	19.210 (1)	12.783 (1)	45.893	116.18.8	864.000	19.192 (1)	26.524 (1)	173.661 (1)	8.806	290.947
Zloty.....	8.641	0.642	2.140	0.227	0.228	0.423	0.278 (1)	—	2.53.2	18.826	0.418 (1)	0.577	3.774	0.192	6.340
Lira.....	4.035	0.300	—	0.106	0.106	0.196	0.130	0.467	1.18.2	8.791	0.196	0.269	1.764	0.090	2.960
Peseta.....	7.461	0.554	1.848	0.196	0.197	0.368	0.239	0.863	2.18.6	16.256	0.366	0.486	3.276	0.166	5.474
Escudo.....	3.413	0.254 (1)	0.846 (1)	0.090	0.090	0.165 (1)	0.10 (1)	0.395	—	7.436	0.165 (1)	0.226	1.494	0.076	2.504
Dinar.....	1.363	0.101	0.338	0.036	0.036	0.066 (1)	0.044 (1)	0.158	0.39.6	2.970	0.066 (1)	0.091	0.596	0.030	—
Leu.....	0.459	0.034	0.114	0.012	0.012	0.022 (1)	0.015 (1)	0.053	—	—	0.022 (1)	0.030	0.200	0.0101	0.337
Lev.....	0.559	0.041	0.138	0.015	0.015	0.027 (1)	0.018 (1)	0.065	0.16.4	1.218	0.027 (1)	0.037	0.244	0.0124	0.410
Drachma.....	—	0.074	0.247	0.026	0.026	0.048 (1)	0.032 (1)	0.116	0.29.3	2.179	0.048 (1)	0.066	0.438	0.022	0.734
Piastre turca.....	0.366	0.027 (1)	0.091	0.0096	0.010	0.018 (1)	0.012 (1)	0.042	0.10.7	0.797	0.018 (1)	0.022	0.160	0.0081	0.268
Piastre egip.....	3.846	0.286 (1)	0.950	0.101	0.101	0.186 (1)	0.124 (1)	0.445	1.12.7	8.379	0.186 (1)	0.257 (1)	1.678	0.085	2.822
Dollar canadiano.....	76.873	5.715 (1)	19.052	2.019	2.029	3.724 (1)	2.478 (1)	8.896	22.52.2	167.481	3.770 (1)	5.135	33.599	1.707	56.398
Pêso mexicano.....	37.879	2.816 (1)	9.387 (1)	0.995	—	—	—	—	11.09.8	82.525	1.833 (1)	2.533 (1)	16.587 (1)	0.841	27.790
Pêso argentino.....	54.184	4.028 (1)	13.391	1.423	1.430	2.625 (1)	1.746 (1)	6.270	15.87.5	118.050	2.622 (1)	3.624 (1)	23.727 (1)	1.203	39.753
Milreis do Brasil.....	5.770	0.429 (1)	1.432	0.151	0.152	0.279 (1)	0.186 (1)	0.668	1.69.0	12.571</					

«História do Nosso Tempo» por Henrique Galvão

O Sr. Henrique Galvão acaba de publicar um estudo sobre a obra e acção de João de Almeida a que chama, e muito bem, História do nosso Tempo. Livros como este são muito necessários, pois são preciosos auxiliares para serem esclarecidos certos problemas do nosso tempo.

Não é absoluta novidade a matéria pois vai em cinco anos, se não estamos em erros, que ela foi apresentada em outro trabalho organizado por um grupo de coloniais amigos de João de Almeida. Mas esta sociedade portuguesa que tão pouco conhece as suas glórias coloniais e muito que deve a individualidades como esta, que sacrificando vida e saúde e quasi sem contar com recompensa condigna fazem uma obra que maravilha o estrangeiro, bem precisa que muita e muita vez se lhe fale pela forma que agora faz Henrique Galvão, de maneira a essa sociedade acordar de vez e penitenciando-se de erros passados que são manchas na sua História fazer enfim justiça a quem tanto a merece.

Realmente é tempo de se enveredar por outro caminho. Admite-se que os aulicos do Rei Venturoso em época tão atrasada como era o século XVI o levassem à miserável atitude para com o Grande Vulto de Afonso de Albuquerque.

Menos se justifica que a pequenês de certos mandarins do Terreiro do Paço arrancasse Mousinho à sua grande obra, atrasando a formação de um Moçambique que seria uma das glórias do Portugal do constitucionalismo, e levasse ao suicídio tão Grande Português. O mesmo se deve dizer quanto a Couceiro, que era bem um émulo de Mousinho. Mas agora custa a acreditar que haja quem feche os olhos e ainda não saiba que se há um Sul de Angola e se estão marcados definitivamente os limites de Angola por este lado e por maneira que é uma das maiores glórias da nossa História, isso se deve só à largueza de vistas ao espirito quasi de adivinho, à acção rasgada intensa e fecunda de João de Almeida.

Mas a verdade é que os portugueses ignoram tudo isto, que Henrique Galvão explana e completa indicando uma larga bibliografia a consultar pelos incrédulos.

Pois é preciso que todos entrem no conhecimento do que fez João de Almeida como soldado, como chefe, como administrador, para que lhe seja feita já a justiça que tanto tarda, e que quanto mais demorar mais envergonha os homens do nosso tempo que de olhos fechados a uma grande verdade se recusam a vêr, sem compreenderem que a História recordará os seus nomes marcando-os com o mesmo ferrete de ingnomia que o de aqueles homens, que pela sua errada acção sacrificaram Albuquerque e Mousinho.

Pode dizer-se que é do nosso tempo a injustiça feita por certa França ao grande Liáutey. Mas este é Marechal, e neste momento recebe a consagração da França e de todo o mundo culto na Exposição Colonial de Paris, e João de Almeida tem uma vida modesta, vivendo obscuro recolhido a um canto do seu lar, com alguma venêra é certo, mas não tendo graduação militar que não seja a conquistada exclusivamente por antiquidade.

Dizia Napoleão, que todo o soldado ao alistar-se levava na mochila o bastão de Marechal. Isto era assim ao tempo, mas hoje, por mais serviços que haja e os de João de Almeida não tem nada que se comparem nem em Portugal nem em Espanha nem na França nem na Inglaterra, já se não faz a justiça que então se fazia.

Por isso mais uma vez registamos que Henrique Galvão presta um serviço pondo em foco a extraordinária Acção de João de Almeida que, e isto sem a mais pequena sombra de favôr, e o mais notável acontecimento não só da obra colonisadora de Portugal mas de todas as nações modernas como o sentiu e disse pessoalmente a João de Almeida em Paris o Grande Gallieni.

Leiam todos os portugueses a obra de Henrique Galvão e façam côro que chegando bem alto, ás altas esfêras do poder, as

Recebemos:

Timor (Ante-câmara do Inferno), por Teófilo Duarte.

O Rei de Timor, do mesmo autor.

A vida agitada do marechal Gomes da Costa, por seu filho Carlos Gomes da Costa.

Banco de Portugal—parecer da comissão eleita pela Assembleia extraordinária de 23 de Junho de 1931 para o estudo das bases da reforma de contracto e dos estatutos propostos pelo Governo. Livros estes a que no número anterior nos referimos.

Revista do Instituto Superior de Comércio de Lisboa.

Sumário: "Operações financeiras", por Caetano Maria Beirão da Veiga. "A cartelização e o comércio exportador", por Francisco António Correia. "Crises económicas", por António Maria Godinho. "A crise bancária portuguesa e a defesa do crédito", por Raul Humberto de Lâma Simões. "Relatório da excursão académica a Angola", por José Maria Livério e Manuel C. Alves da Cunha.

Relatório da excursão académica a Angola, por José Maria Livério e Manuel C. Alves da Cunha.

É uma separata da revista do Instituto Superior de Comércio de Lisboa, em que os autores, dois alunos deste estabelecimento que foram a Angola na excursão organizada pelo professor Luiz Carriso, nos dão uma monografia rápida de Angola que atesta a atenção e o estudo que dedicaram à nossa magnífica Colónia.

Da iniciativa do sr. professor Carriso já se disseram todos os adjectivos justos. Da ideia que levou estes dois estudantes a publicarem o seu relatório só se pode dizer também o melhor.

O Velo d'Oiro, novela colonial por Henrique Galvão

De Henrique Galvão de quem ainda há pouco tempo tivemos a *História do Nosso Tempo*, trabalho de larga envergadura a que noutro lugar o nosso crítico se refere, acabamos de receber mais um livro.

Trata-se agora de uma novela colonial cuja acção decorre no Sul de Angola e que constitue um grande documentário da vida e costumes de Angola.

Acusando hoje a recepção do livro aguardamos que sobre ele se pronuncie o nosso crítico literário.

A Vida, revista de expansão nacional e internacional dirigida por Alvaro Canelas

Recebemos o N.º 1 desta revista que se apresenta com um magnifico aspecto gráfico e com um programa nacionalista cheio de vigor, de entusiasmo e de mocidade. Revista de gente nova que, por isso, nos é desde logo simpática, sente-se nela através das suas páginas bizarramente dispostas uma ância incontestável de realizar uma obra nova. Revela muitas qualidades. Defeitos não encontramos outros senão um ligeiro desequilíbrio resultante da própria ância de novidade e modernismo.

Não basta que uma obra seja moderna e nova. Antes do conflito entre o antigo e moderno põe-se o conflito entre o bom e o mau. *A Vida* é por enquanto, no que lêmos e no que vimos muito mais moderna na forma do que na essência. Sob essa forma, por vezes doentia de modernismo, não encontramos senão em promessas a directriz duma grande ideia nova.

Mas o certo é que pesados os prós e contras *A Vida* é uma revista sadia que faz bem em vir a lume no nosso meio e que poderá desde já dizer, orgulhosamente, que não é inútil na Sociedade portuguesa.

levem a fazerem justiça que é necessário fazer para não ser escrita mais uma página tenebrosa na história da ingratidão humana, da ingratidão dos que mandam, da ingratidão de uma Pátria que, porque não soube ser mãe, só pode ser madrastra. R. B.

EXPEDIENTE — AOS NOSSOS ASSINANTES EM ÁFRICA

A todos os nossos estimáveis assinantes em África (excepto Angola) prevenimos que, o próximo número 7, seguirá à cobrança, contra reembolso, correspondendo ao 2.º semestre, na importância de 24\$00. Para Angola, em virtude de se encontrar suspenso este serviço do correio, solicitamos o envio daquela importância em moeda da colónia.

O n.º 7 é um número especial profusamente ilustrado consagrado à Exposição Colonial de Paris.

JULIO WORM

Lisboa

Rua da Prata, 136 e 137

TELEF. 2 2502

Porto

R. 31 de Janeiro, 65 e 67

TELEF. 4598



Os melhores artigos para
FOTOGRAFIA, CINEMATOGRAFIA, RAIOS X

Depositários das marcas:

KODAK-AFGA-ZEISS, IKON-LEITZ, ETC.

EXECUTAM TODOS OS TRABALHOS DE AMADOR

Perfeição e rapidez

Gomes de Paiva, Barros & C.^a L.^{da}

Exportadores

Casa fundada em 1897

Calçada do Correio Velho, 8, 1.^o

LISBOA—PORTUGAL

**Vinhos e seus derivados
azeite e conservas**

ENDEREÇO TELEGRAFICO

BORRACHA

Telefones $\left\{ \begin{array}{l} 2\ 6988 \\ \text{Poço do Bispo 74} \end{array} \right.$

Armazens

Rua do Beato, 28

PORTUGAL COLONIAL

VIDRARIA CONFIANÇA

MENDES & C.^a Sucessores de OLIVEIRA & MENDES

GRANDE E VARIADO SORTIDO em Porcelanas, Cristais e Artigos de Ménage. Louças para cozinha, de Ferro Esmaltado marca **Leão**, e Alumínio marca **Trevo**. Talheres, Faianças, Estatuetas, Biscuits, Louças e Vidros nacionais pelos preços das fábricas. Artigos para decoração

SORTIDO ESPECIAL EM ARTIGOS PARA BRINDES

33, Rua da Vitória, 37 — LISBOA

ARMAZEM DE APRESTOS MARÍTIMOS

Lonas, breu, alcatrão, pita, tintas, óleos, ancorotes, quinchos e correntes. Cabos de arame e outros apetrechos próprios para embarcações

Oliveira, Simões, L.^{da}

3-B, Avenida 24 de Julho, 3-E—LISBOA

TELEFONE N.^o 23978

Mário Cunha, Limitada Lisboa e África

Grande stock de artigos para permuta—Completo sortimento de artigos para armarinho
COMÉRCIO—AGRICULTURA

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

SEDE EM LISBOA — RUA DA CONCEIÇÃO, 120, 1.^o

SUCURSAL — NOVO REDONDO

Avenida Dr. José Maria de Aguiar

Telegramas: QUANZASUL

TIPTOP NOVA MARCA DA COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS

Aroma esplendido—Magnífica qualidade

PREÇO ECONOMICO

20 CIGARROS ESC. 2\$00

História do Nosso Tempo

(Acção e obra de João de Almeida)

1904-1910

POR

HENRIQUE GALVÃO

Está à venda em tôdas as livrarias

PEDIDOS Á ADMINISTRAÇÃO

DA «PORTUGAL COLONIAL»

RUA DA CONCEIÇÃO, 31, 1.^o — LISBOA

Manteigaria Londrina

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO — FORNECEDORES
DA COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

*Especialidade
em manteigas,
queijos e con-
servas. Variado*



*sortido em arti-
gos de Meicea-
ria, Vinhos, Lico-
res e Champagnes*

Domingues, Vasconcelos & Mesquita, Limitada

53, Rua Eugénio dos Santos, 55 — Lisboa

Telefone : 2 7448

Fabrica de Borracha Luso-Belga

de

Victor C. Cordier L.^{da}

Capital 1.000 contos

Sucessores da Companhia da Borracha

Casa fundada em 1889

PREMIADA COM DIPLOMA DE HONRA NA EXPOSIÇÃO DO RIO DE JANEIRO
E MEDALHAS DE OURO EM VARIAS EXPOSIÇÕES

UNICOS CONCESSIONARIOS PARA PORTUGAL E ILHAS, DA PATENTE
MANUFACTURA GERAL DE BORRACHA FLEXIVEL, BONITE, GUTTA-PERCHA
E AMIANTO

Stock: Pneus-Michelin, Eulebert e Dunlop

Fabrica-Escritorio: Rua do Assucar, BEATO—LISBOA

TELEFONE: 23 POÇO DO BISPO

DEPOSITOS:

Rua da Prata, 275

TELEFONE:

Trindade, 5087

NO PORTO:

Rua das Flores, 136-138

TELEFONE:

2 5459

Foi posto à venda, tendo constituído um grande êxito de livraria o novo livro de Henrique Galvão

«OVELO D'OIRO»

(Novela colonial)



DEPOSITÁRIA :

Livraria António Maria Pereira

R. Augusta, 44 a 54



DO MESMO AUTOR :

HISTÓRIA DO NOSSO TEMPO (1 grosso volume)

HUILA (estudo económico e administrativo do distrito da Huila)

EM TERRA DE PRETOS (crónica de Angola)

Pedidos à Redacção da

“Portugal Colonial”

Rua da Conceição, 35, 1.º

Companhia Nacional de Navegação

Serviço regular entre a metrópole, África Ocidental e Oriental, Brasil, norte da Europa e Mediterrâneo

FROTA DA COMPANHIA Paquetes

	Ton.
NYASSA	9 000
ANGOLA.....	8.300
QUANZA.....	6.500
LOURENÇO MARQUES.....	6.400
MOÇAMBIQUE.....	6.000
PEDRO GOMES.....	5.500
ÁFRICA....	5.500

Vapores de cabotagem

LUABO	1.385
CHINDE	1.382
IBO.....	884
AMBRÍS	858
SAVE.....	765

Vapores de carga

CUBANGO	8.300
S. TOMÉ	6.350
CABO VERDE	6.200
CONGO.....	5.000

Rebocadores

EM LISBOA: — BEIRA 1.º e INCOMATI.

EM ÁFRICA: — TEJO, S. TOMÉ, CUIO e gasolina
QUANZA.

Batelões

20 em serviço em Lisboa e África.

LISBOA: Séde, R. do Comércio, 85
PORTO: Sucursal, R. da Nova Alfandega, 92